



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, HUMANIDADES E SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS (CEHS)  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**Fabiana Oliveira de Sousa Silva**

**MATERNIDADE, CARREIRA E ESTUDOS: DESAFIOS E IMPACTOS SOB A  
PERSPECTIVA DO PROGRAMA DE APOIO À PARENTALIDADE NA  
UNIVERSIDADE (PAPU) DA UFNT - TOCANTINÓPOLIS/TO**

Tocantinópolis/TO  
2025

**Fabiana Oliveira de Sousa Silva**

**MATERNIDADE, CARREIRA E ESTUDOS: DESAFIOS E IMPACTOS SOB A  
PERSPECTIVA DO PROGRAMA DE APOIO À PARENTALIDADE NA  
UNIVERSIDADE (PAPU) DA UFNT - TOCANTINÓPOLIS/TO**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS - Tocantinópolis, para obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr. Maysa Mayara Costa de Oliveira

Tocantinópolis/TO  
2025

**Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Norte  
do Tocantins – SIBi/ UFN**

O48m OLIVEIRA DE SOUSA SILVA, FABIANA .  
MATERNIDADE, CARREIRA E ESTUDOS: DESAFIOS E  
IMPACTOS SOB A PERSPECTIVA DO PROGRAMA DE  
APOIO À PARENTALIDADE NA UNIVERSIDADE (PAPU) DA  
UFNT - TOCANTINÓPOLIS/TO / FABIANA OLIVEIRA DE  
SOUSA SILVA. - Centro de Educação, Humanidades e Saúde -  
CEHS, TO, 2025.  
95 f.  
  
Monografia Graduação (Graduação - em Ciências Sociais) --  
Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.  
  
Orientadora: Profª Drª. Maysa Mayara Costa de Oliveira.  
  
1. Maternidade. 2. Trabalho, Estudos. 3. Desafios, Equidade  
de Gênero. **CDD 300**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

ORCID dos pesquisadores

Orientadora: Maysa Mayara Costa de Oliveira; ORCID:  
<https://orcid.org/0000-0002-8886-4481>

Orientanda: Fabiana Oliveira de Sousa Silva; ORCID:  
<https://orcid.org/0009-0003-9148-4230>

**Fabiana Oliveira de Sousa Silva**

**MATERNIDADE, CARREIRA E ESTUDOS: DESAFIOS E IMPACTOS SOB A  
PERSPECTIVA DO PROGRAMA DE APOIO À PARENTALIDADE NA  
UNIVERSIDADE (PAPU) DA UFNT - TOCANTINÓPOLIS/TO**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS - Tocantinópolis, Curso de Ciências Sociais. Foi avaliada para obtenção de título de licenciada em Ciências Sociais e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela banca examinadora.

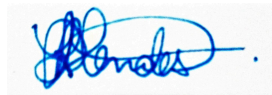
Data da Aprovação: 10/ 02 /2025

Banca examinadora :

*Mayra Mayara Costa de Oliveira*

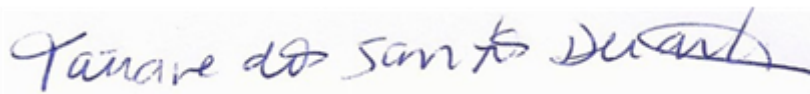
---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maysa Mayara Costa de Oliveira - Orientadora (UFNT)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Chirley Rodrigues Mendes - Membro Interno (UFNT)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiane dos Santos Duarte - Membro Externo (UNB)

*Dedico este trabalho aos meus pais, em especial à memória do meu pai, que, mesmo não estando mais fisicamente presente, continua sendo uma fonte de inspiração e exemplo em minha vida. À minha mãe, por sua admirável força, ao meu esposo, cuja presença e encorajamento renovaram minha coragem nos momentos mais difíceis, e à minha filha, cuja existência inspirou cada passo desta jornada. A vocês, todo o meu amor e singela dedicação.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, cuja fonte inesgotável de força e sabedoria me sustentou e inspirou ao longo de toda esta caminhada. A Ele, toda a glória. Que todos saibam que a mão do Senhor foi quem me conduziu.

Ao meu esposo, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e acreditando que esse sonho era possível. Por segurar a minha mão e não deixar que eu me sentisse sozinha, por cada vez que pensei em desistir não permiti que isso acontecesse.

Aos meus pais, que enfrentaram os desafios mais difíceis para me proporcionar uma educação de qualidade, que me incentivaram a estudar e a buscar as oportunidades que não tiveram. Pela força de vontade, pelo exemplo e pelo apoio incondicional, saibam que todos os seus ensinamentos valeram a pena.

À minha orientadora, que acreditou em mim e no potencial deste trabalho, que me guiou com dedicação, paciência e profissionalismo que me impulsionaram a ir além.

Aos meus colegas, que me ajudaram e estiveram comigo em cada fase deste curso, e a todas as pessoas que encontrei ao longo dessa trajetória, que de alguma forma contribuíram para essa realização. Foi muito especial compartilhar essa experiência com todos vocês.

A todos vocês, meu sincero agradecimento!

*Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso!*

*(Josué 1:9)*

## RESUMO

Este trabalho analisa os desafios sofridos e impactos enfrentados por mulheres que conciliam carreira, estudos e maternidade, investigando como a identidade social feminina e os papéis sociais se influenciam mutuamente. Para isso, foram analisados relatos de mães participantes do Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus de Tocantinópolis/TO, com o objetivo de compreender de que forma esse suporte institucional contribui para a permanência das estudantes-mães no ensino superior. A pesquisa, de abordagem quali-quantitativa, envolveu observações em encontros do PAPU, aplicação de questionário, estudo de caso e uma entrevista, permitindo uma análise aprofundada das experiências das participantes. Os resultados indicam que, embora o PAPU seja uma iniciativa essencial, seus impactos variam conforme as condições socioeconômicas, redes de apoio e o contexto pessoal das participantes. Mães com maior poder aquisitivo enfrentam menos dificuldades na conciliação entre maternidade e vida acadêmica, enquanto aquelas em situação de vulnerabilidade lidam com sobrecarga e correm o risco de evasão. Apesar de ser uma importante estratégia de apoio, o estudo conclui que o PAPU ainda não atende integralmente às necessidades das mães universitárias, destacando a necessidade de ampliar recursos, flexibilizar políticas institucionais e promover uma cultura acadêmica mais inclusiva. A pesquisa aponta para a urgência de políticas que integrem apoio financeiro, psicológico e estrutural, visando garantir equidade no acesso e permanência das mulheres na educação superior.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maternidade, Trabalho, Estudos, Desafios, Equidade de gênero.

## **ABSTRACT**

*This study analyzes the challenges and impacts faced by women who balance careers, studies, and motherhood, investigating how female social identity and social roles influence each other. To this end, reports from mothers participating in the Parental Support Program at the University (PAPU) of the Federal University of Northern Tocantins (UFNT), Tocantinópolis/TO campus, were analyzed to understand how this institutional support contributes to the retention of student-mothers in higher education. The research, which adopts a qualitative and quantitative approach, involved observations during PAPU meetings, questionnaire application, case study analysis, and an interview, allowing for an in-depth examination of the participants' experiences. The results indicate that, although PAPU is an essential initiative, its impact varies depending on the socioeconomic conditions, support networks, and personal circumstances of the participants. Mothers with greater financial resources face fewer difficulties in balancing motherhood and academic life, while those in vulnerable situations experience overload and are at risk of dropping out. Despite being an important support strategy, the study concludes that PAPU still does not fully meet the needs of university mothers, highlighting the necessity of expanding resources, making institutional policies more flexible, and fostering a more inclusive academic culture. The research emphasizes the urgency of policies that integrate financial, psychological, and structural support to ensure equity in women's access to and retention in higher education.*

**KEYWORDS:** *Motherhood, Work, Studies, Challenges, Gender Equity.*

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

(CCA)	Centro de Ciências Agrárias
(CCI)	Centro de Ciências Integradas
(CHES)	Centro de Educação, Ciências Humanas e Saúde
(DAEP)	Diretoria de Acessibilidade, Equidade e Políticas Afirmativas
(GPU)	Gestão de Projetos Universitários
(GT)	Grupo de Trabalho
(IBGE)	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
(IHME)	Institute for Health Metrics and Evaluation
(IPEA)	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
(LabPAPU)	Laboratório de Estudos e Pesquisas
(MEC)	Ministério da Educação
(OMS)	Organização Mundial da Saúde
(PNAD)	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
(PAPU)	Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade
(TO)	Tocantins
(UFNT)	Universidade Federal do Norte do Tocantins

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.2 METODOLOGIA.....	23
<b>2. CONSTRUÇÃO DO PAPEL E IDENTIDADE SOCIAL DA MULHER E SUAS IMPLICAÇÕES.....</b>	<b>26</b>
<b>A Dualidade de Papéis e a Construção Social da Mulher ao Longo da História.....</b>	<b>26</b>
2.1 Desafios da Conciliação entre Mercado de Trabalho e Dinâmicas Familiares.....	30
2.2 A Construção Social do Trabalho Doméstico e Suas Implicações para a Equidade de Gênero.....	33
2.3 Desafios de Gênero, Maternidade, Trabalho e Saúde Mental.....	38
<b>3. PROGRAMA DE APOIO À PARENTALIDADE NA UNIVERSIDADE (PAPU).....</b>	<b>47</b>
3.1 Importância do Debate sobre Parentalidade.....	49
3.2 Mobilização e Criação do Grupo de Trabalho.....	50
3.2.1 Equipe componente.....	54
3.2.2 Ações do PAPU.....	54
3.3 Ampliação da Atuação do PAPU.....	55
3.4 Condições e Infraestrutura do PAPU.....	56
3.5 Estrutura e Importância do Programa.....	57
3.6 Políticas de Apoio e Compromisso da UFNT.....	57
3.7 Público-Alvo e Abrangência.....	58
3.8 Desafios e Motivação para o Apoio à Maternidade no Ambiente Acadêmico.....	58
3.9 Luta pela Permanência das Mães.....	59
3.10 Evasão Escolar e Necessidade de Apoio Institucional para Mães Universitárias.....	61
3.11 Percepções sobre o Programa.....	69
<b>4. MATERNIDADE, VIDA ACADÊMICA E O PAPU: ANÁLISES DAS PERCEPÇÕES DAS MÃES ASSISTIDAS PELO PAPU.....</b>	<b>71</b>
4.1 Perfil das Participantes.....	72
4.2 Idade e Diversidade de Ocupações.....	73
4.3 Estado Civil e Renda Familiar.....	73
4.4 Desafios na Vida Acadêmica.....	74
4.5 Implicações para a Estrutura Social.....	78
4.6 A Importância do PAPU.....	78
4.7 Apoio e Recursos Oferecidos.....	79
4.8 Desafios Enfrentados.....	79
4.9 Impactos Positivos.....	80
4.10 Sugestões de Melhoria.....	80
4.11 A Maternidade e Seus Impactos na Vida Acadêmica e Pessoal.....	81

<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>84</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>89</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo trazer uma reflexão sobre a realidade das mães, estudantes e trabalhadoras que são acolhidas pelo Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, evidenciando suas dificuldades, as barreiras enfrentadas e os desafios que essas mulheres encontram ao tentar equilibrar diversos papéis. A pesquisa busca compreender como essas mulheres podem ser apoiadas na conciliação desses diferentes aspectos de suas vidas e qual o papel do PAPU nesse processo. Nesse contexto, é imprescindível analisar a relação entre a identidade social feminina e os papéis sociais atribuídos às mulheres, pois a naturalização da sobrecarga feminina está intimamente ligada à forma como a sociedade reconhece e impõe os papéis de mãe, trabalhadora e estudante. Diante desse cenário, marcado pela persistência de desigualdades de gênero e pela naturalização da sobrecarga feminina, é fundamental investigar os desafios que surgem na tentativa de conciliar estudos, trabalho e maternidade. A conciliação de múltiplos papéis, como mãe, trabalhadora e estudante, torna-se uma tarefa complexa que exige a reconfiguração de horários, responsabilidades e expectativas, muitas vezes levando a um esgotamento emocional e físico.

Considerando os variados papéis desempenhados pela mulher, tanto no mercado de trabalho quanto no âmbito social, familiar e acadêmico, são inúmeros os pontos passíveis de análise e debate, incluindo as relações de gênero que moldam essas experiências. Esta pesquisa busca entender os complexos desafios enfrentados por mães que também são estudantes e trabalhadoras, enfatizando como essas mulheres buscam soluções para as tensões diárias que envolvem a divisão do tempo e da energia entre essas múltiplas responsabilidades, bem como compreender o significado do apoio de uma rede de suporte na organização de suas responsabilidades diárias.

A questão central deste estudo reside em investigar como as mulheres lidam com os desafios e a sobrecarga de conciliar carreira, estudos e maternidade, especialmente em uma sociedade que ainda perpetua desigualdades de gênero e distribuição desigual do trabalho doméstico. A sobrecarga resultante dessa conciliação é consequência de uma desigualdade na distribuição de papéis e responsabilidades, o que tem gerado impactos significativos na vida dessas mulheres. A psicóloga Juliane Callegaro Borsa, em entrevista para o relatório

"Esgotadas" da ONG Think Olga (Think Olga, 2023, p. 4, 17, 29), aponta que essa sobrecarga é um dos principais indicadores de adoecimento entre as mulheres. A reflexão sobre como as políticas de apoio institucional, como o PAPU, podem aliviar essa sobrecarga, é um ponto chave desta pesquisa. Além disso, o estudo busca compreender o papel do apoio institucional na diminuição dessa sobrecarga e como ele pode contribuir para a redistribuição das responsabilidades.

A análise das relações de gênero é fundamental para compreender e enfrentar as persistentes desigualdades na sociedade contemporânea. Tais relações moldam não apenas as experiências individuais, mas também influenciam as estruturas sociais, econômicas e políticas. Nesse sentido, a pesquisa considera a perspectiva de gênero como uma lente essencial para entender os desafios enfrentados pelas mães. A antropóloga e psicanalista Facchini ressalta em entrevista à mesma ONG a ligação entre o adoecimento psíquico e o sofrimento social, destacando a necessidade de considerar ambos os aspectos (Think Olga, 2023, p. 19).

Neste sentido, esta pesquisa foi realizada com discentes e servidores dos cursos oferecidos pela Universidade Federal do Norte do Tocantins nos Campus de Tocantinópolis/TO<sup>1</sup>, integrantes do Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU). A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário online e uma entrevista presencial com a coordenação do PAPU, além da análise dos espaços e encontros disponibilizados pelo Programa. Especificamente, meu foco foi nas mulheres, pois não conversei com homens durante a pesquisa, apesar de o PAPU atender todas as pessoas que exercem a parentalidade. Os encontros do PAPU aos quais participei foram os chás das famílias, realizados virtualmente, onde um tema é escolhido para discussão e convidados como professores ou profissionais da área participam. Esses encontros reúnem também alunos, mães/pais, docentes, servidores, convidados e demais participantes.

---

<sup>1</sup> <sup>1</sup> A UFNT, localizada em Tocantinópolis/TO, foi recentemente desvinculada da UFT, tornando-se uma instituição independente em 2024. A cidade, situada às margens do Rio Tocantins, faz fronteira com os estados Maranhão e Goiás, localizada na região do Bico do Papagaio. A instituição recebe estudantes de diversos municípios vizinhos, como Porto Franco/MA, Estreito/MA, Luzinópolis/TO, Maurilândia/TO, aldeias indígenas e outras. A universidade conta com uma grande diversidade de alunos, o que evidencia sua importância regional. Muitos estudantes enfrentam desafios logísticos, como a falta de transporte público e universitário, dependendo de caronas ou transporte oferecido pela prefeitura para acessar os campi Babaçu e Centro da UFNT. Além disso, a infraestrutura ainda está em fase de expansão, o que impacta a oferta de serviços de suporte estudantil, dificultando ainda mais a vida das discentes que precisam levar os filhos para a faculdade.

A análise desses dados visa identificar as barreiras enfrentadas por mães que estudam e trabalham e avaliar o papel do apoio proporcionado pelo PAPU na vida dessas mulheres. Para alcançar esses objetivos, a pesquisa emprega múltiplos métodos de coleta de dados: observação participante, aplicação de questionário e realização de entrevista. Essa diversidade metodológica é complementada pela análise de autores que discutem o contexto social e acadêmico relacionado à parentalidade e ao ensino superior. A observação participante foi realizada durante atividades cotidianas do PAPU, incluindo intervalos entre as aulas e interações nos grupos de WhatsApp. Este recurso permitiu observar dinâmicas de apoio e interação entre as mães no programa, tanto presencialmente quanto nas conversas virtuais. Através dos grupos Famílias PAPU Tocantinópolis (com 25 membros, que mantém a comunicação entre as famílias, monitoria e equipe de supervisão) e Coletivo PAPU UFNT (com 85 membros, voltado para criar redes de apoio, estudos e políticas de parentalidade na UFNT), foi possível compreender como essas mães constroem redes de apoio e dialogam sobre suas necessidades e expectativas. A pesquisa também se valeu de um questionário com 23 perguntas abertas e fechadas. Este questionário foi disponibilizado nos grupos de WhatsApp oficiais, facilitando o acesso das participantes e proporcionando dados tanto quantitativos quanto qualitativos. Para complementar a análise, foi realizada uma entrevista via Google Meet com as professoras Carliene e Ana Rosa, idealizadoras do PAPU, visando obter uma visão institucional sobre a criação e a importância do programa.

O capítulo 1 explora a construção do papel social da mulher, discutindo as transformações, desafios e a sobrecarga que as mães enfrentam ao tentar conciliar múltiplos papéis sociais e suas responsabilidades, ou ao ser socialmente posicionada como a única responsável pela vida doméstica, ao tentar equilibrar maternidade, trabalho e estudos. Já o capítulo 2 detalha o Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade, explicando suas iniciativas e objetivos; enquanto o capítulo 3 analisa as percepções das mães assistidas pelo PAPU, proporcionando uma visão mais ampla sobre as experiências dessas mulheres, tanto sobre suas próprias experiências, rotina, vida e trajetória acadêmica, quanto sobre a sua relação com o PAPU, e o papel que o programa desempenha em suas vidas.

Portanto, este estudo é de suma importância, pois permite compreender a relevância do apoio oferecido pela Universidade a um grupo de mulheres que enfrentam desafios específicos na conciliação de múltiplos papéis. Além disso, contribui para a reflexão sobre a equidade de oportunidades no ambiente acadêmico e de trabalho, que muitas vezes é

considerado um espaço de igualdade, mas nem sempre se reflete na sua prática. A análise de como as políticas de apoio podem melhorar as condições de trabalho e estudo dessas mulheres é essencial para promover a inclusão e a igualdade no espaço acadêmico e profissional. Esta pesquisa compreende o Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) pela perspectiva das assistidas, buscando entender como elas percebem o apoio oferecido e como esse apoio impacta sua jornada acadêmica. Ao abordar essas questões, espera-se que a pesquisa contribua para a formulação de políticas mais efetivas e inclusivas, que promovam a permanência de mães no ensino superior, assegurando condições que facilitem a conciliação<sup>2</sup> entre maternidade, estudos e trabalho.

### 1.1 Problema de pesquisa

A principal questão desta pesquisa é investigar de que forma as mulheres enfrentam os desafios e impactos da exigência, socialmente imposta e legitimada, bem como internalizada por elas, de que devem conciliar carreira, estudos e maternidade sozinhas, com nenhum ou pouco apoio de outros atores sociais dentro e fora do ambiente doméstico. O objetivo é examinar as estratégias que elas utilizam para articular essas responsabilidades diante de um quadro sociocultural, econômico e político, no qual a mulher é colocada como a principal agente do cuidado e do maternar, e os efeitos dessa conciliação em suas vidas pessoais, profissionais e acadêmicas.

A pesquisa questiona os efeitos dessa exigência de conciliação de papéis sociais e como essas mulheres lidam com a sobrecarga emocional e física ao tentar equilibrar os papéis familiares, profissionais e acadêmicos. Quais são as consequências emocionais, sociais e financeiras dessa sobrecarga? Além disso, como as políticas públicas e as medidas institucionais podem apoiar essas mulheres, especialmente no ambiente de trabalho e acadêmico? Quais dificuldades elas enfrentam para permanecer ativas tanto no trabalho, quanto na universidade, enquanto cuidam de seus filhos? De que maneira o Programa de

---

<sup>2</sup> A conciliação, enquanto conceito utilizado neste trabalho, será mobilizada como uma categoria empírica, a fim de problematizar as condições e os desafios enfrentados pelas mulheres no processo de equilibrar múltiplos papéis, como mãe, trabalhadora e estudante. Embora o termo seja frequentemente associado à ideia de uma responsabilidade individual, que recai exclusivamente sobre a mulher, neste estudo procuramos expandir essa compreensão, refletindo sobre as desigualdades estruturais que moldam a divisão de tarefas e a sobrecarga imposta socialmente. Portanto, o uso da palavra conciliação visa explorar as dimensões sociais, culturais e institucionais que envolvem essa realidade, sem reduzir a problemática a uma falha ou demanda individual impossível de ser atendida.

Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) auxilia essas mulheres na gestão de suas responsabilidades? E, por fim, quais são suas percepções e opiniões sobre as exigências e expectativas sociais para que conciliem múltiplos papéis e responsabilidades direcionados exclusivamente ou majoritariamente a elas?

A pesquisa busca também compreender as implicações de gênero, as desigualdades estruturais e as sobrecargas diárias constitutivas dessa realidade complexa. Além disso, explora a relação entre as experiências das mulheres, o suporte institucional disponível e os fatores sociais que influenciam sua capacidade de gerenciar múltiplos papéis.

A problemática é ainda mais relevante devido ao fato de que, apesar de algumas políticas públicas existentes, a sobrecarga das mulheres em função da conciliação de múltiplos papéis continua sendo uma questão complexa e multifacetada, que exige uma abordagem integrada para soluções eficazes.

O problema é relevante porque impacta um número significativo de mulheres em suas rotinas diárias e profissionais. Mulheres que precisam equilibrar carreira, estudos e maternidade enfrentam desafios como sobrecarga de trabalho, estresse, dificuldades financeiras e limitações em suas oportunidades profissionais e acadêmicas. A capacidade de lidar com esses desafios é essencial não apenas para seu bem-estar individual, mas também para a promoção da igualdade de gênero na sociedade. Também é uma questão complexa, pois envolve várias dimensões da vida das mulheres: trabalho remunerado, responsabilidades domésticas e familiares, e demandas acadêmicas. Além disso, fatores estruturais, culturais e sociais — como falta de políticas públicas de apoio, normas de gênero que inferiorizam e vulnerabilizam mulheres e desigualdades sociais no acesso a recursos — influenciam suas experiências e a eficácia de suas estratégias.

Embora tenham sido feitos avanços significativos nas políticas e nas práticas organizacionais para apoiar mulheres atuantes nos campos da carreira, estudos e maternidade, o problema ainda não foi completamente solucionado. Ainda há desafios que demandam soluções mais amplas e eficazes para atender às necessidades dessas mulheres. Dessa forma, a solução exige abordagens integradas que considerem tanto políticas quanto práticas institucionais, além de uma mudança nas atitudes culturais em relação aos papéis de gênero. Isso inclui a criação de programas de apoio, a implementação de políticas de trabalho flexíveis e a conscientização sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres. Apesar dos

esforços em andamento, ainda há desafios significativos para garantir condições equitativas às mulheres que assumem múltiplas responsabilidades.

### 1.1.1 Hipótese

Pode-se estipular que os múltiplos papéis exercidos pelas mulheres atualmente, como a rotina doméstica, o cuidado com a casa, maridos e filhos, além das demandas de estudo e trabalho, estão inseridos em um contexto de distribuição desigual das responsabilidades. Essa realidade contribui para a perpetuação de uma jornada exaustiva e desigual, evidenciando a herança de uma sociedade construída sob uma visão machista e desigual. Além disso, não se trata apenas da quantidade de papéis desempenhados, mas da ausência de condições adequadas para que as mulheres possam atuar nessas diferentes esferas sem sobrecarga e desamparo.

Essa realidade demonstra que essas mulheres precisam se organizar e desenvolver estratégias eficazes para gerenciar todas as suas demandas. No entanto, mais do que esperar que as mulheres sejam eficientes na gestão de múltiplas demandas, é necessário questionar a imposição dessas exigências e a distribuição desigual das responsabilidades domésticas e parentais. Como mencionado por Dias e Verona (2016, p. 112), mesmo com os avanços sociais, econômicos, políticos e culturais observados nas últimas décadas, as mulheres continuam em desvantagem em relação aos homens, especialmente devido à estrutura do mercado de trabalho e ao ambiente familiar.

Com o conglomerado de funções que pesa sobre a mulher, administrar esses papéis torna-se um desafio significativo, prejudicando-a em diversas áreas, especialmente quando essa mulher é mãe. Como confirma Gomes:

[...] A estrutura e a forma de organização da carreira acadêmica continuam a limitar a ascensão profissional das mulheres nesse contexto, especialmente quando estas são mães, implicando um processo por vezes conflitante, de conciliação entre projetos distintos, porém, que não deveriam ser concorrentes: maternidade e uma carreira acadêmico-profissional. (GOMES, 2020, p. 22).

Isso ocorre porque a estrutura social vigente dificulta a inserção plena das mulheres nos espaços públicos e profissionais, seja acadêmico ou profissional, o que impede que as mulheres possam exercer plenamente seus talentos e progredir nessas áreas sem sentir um constante conflito entre as diferentes responsabilidades. Em uma pesquisa com mães

cientistas latino-americanas, a pesquisadora Salazar (2019) salienta que, para essas mulheres, a maternidade em si não é sinônimo de dificuldades, mas sim da falta de apoio e de políticas adequadas que as ajudariam a cumprir as outras demandas em suas experiências enquanto mães e estudantes. Ou seja, a ausência de flexibilidade e de suporte apropriado pode tornar suas práticas ainda mais desafiadoras. Salazar comenta que:

[...] A complicação são as outras coisas a fazer, que desejam fazer, mas que deveriam ser mais maleáveis com a maternidade. Consideram que deveriam haver espaços, políticas e estruturas compatíveis com a maternidade. Um mundo mais flexível no acompanhamento e construção, formação, produção e cuidado de uma nova pessoa. A maternidade precisa desse mundo. (idem 2019. p.98).

A maternidade, nesse sentido, acaba sendo transformada em um fator de exclusão das mulheres de diversos campos sociais, sobretudo os profissionais e acadêmicos. Essa exclusão não ocorre naturalmente, mas é um reflexo das estruturas que impõem às mulheres a maior parte das responsabilidades do cuidado e do trabalho doméstico, limitando suas possibilidades de atuação no espaço público e profissional.

A fala de Salazar (2019) evidencia que a ausência de um ambiente mais flexível para combinar suas responsabilidades maternas com suas ambições acadêmicas e profissionais torna suas jornadas mais árduas e frequentemente conflitantes. Assim, a criação de políticas de apoio, coletivos como o PAPU e espaços que considerem essas necessidades é essencial para permitir que essas mulheres possam ocupar esses espaços sem que a maternidade seja transformada em um obstáculo para suas trajetórias.

É indiscutível que pouco se fala sobre o desgaste e a sobrecarga que as mulheres enfrentam ao se tornarem mães, principalmente devido à falta de apoio e reconhecimento. Essa sobrecarga impacta negativamente a qualidade de vida e o bem-estar das mulheres, perpetuando as desigualdades. Essa desigualdade não decorre de uma incapacidade das mulheres de lidar com as demandas da vida profissional e materna, mas da forma como a sociedade estrutura esses espaços, tornando-os excludentes e pouco acessíveis para quem exerce o papel de cuidadora. A sobrecarga feminina é agravada pela falta de flexibilidade e apoio adequado tanto no ambiente de trabalho quanto na estrutura familiar. Portanto, é essencial que políticas e iniciativas sociais sejam implementadas para oferecer um suporte mais robusto às mulheres, promovendo transformações estruturais que garantam condições mais equitativas para sua participação nos diferentes espaços da sociedade.

### 1.1.2 Delimitação de Escopo

Neste estudo, tem-se como objetivo analisar os desafios e impactos sofridos por mulheres que conciliam carreira, estudos e maternidade, com foco nas experiências e relatos de participantes do Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Campus de Tocantinópolis.

A pesquisa foca nas seguintes perspectivas:

- Observação dos encontros promovidos pelo PAPU, visando entender as dinâmicas de apoio e interação entre as participantes;
- Coleta de dados por meio de questionário aplicado às participantes do programa, permitindo uma análise quantitativa e qualitativa das experiências vivenciadas;
- Análise da relação entre a identidade social feminina, papéis sociais atribuídos às mulheres e a estrutura social, destacando as influências das desigualdades de gênero nas vivências dessas mulheres;
- Compreensão do papel das políticas e medidas institucionais no suporte a mães que trabalham e estudam, a partir da percepção das assistidas pelo PAPU, examinando sua atuação e outras iniciativas relacionadas;
- Investigação das dificuldades enfrentadas por mães para permanecer no mercado de trabalho e na universidade, com ênfase nas barreiras que impactam sua trajetória acadêmica e profissional.

Este estudo se limita geograficamente à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Campus de Tocantinópolis, e a uma amostra restrita de participantes, o que pode não refletir a diversidade de experiências em outros contextos. As percepções apresentadas são baseadas nas opiniões individuais das mulheres envolvidas, o que pode resultar em uma visão parcial da realidade. Embora o estudo busque contribuir para a compreensão dos desafios enfrentados por essas mulheres, pode não oferecer soluções definitivas, mas sim promover um espaço para discussão e reflexão sobre as políticas de apoio e as experiências vividas.

### 1.1.3 Justificativa

O que me motivou a estudar este problema de pesquisa foi a minha experiência pessoal como mulher, ao enfrentar dilemas cotidianos após ter minha primeira filha. Tornar-me mãe

intensificou minha percepção sobre a realidade social, tanto no âmbito público quanto privado, onde as mulheres são frequentemente desafiadas a equilibrar múltiplas responsabilidades. Exemplos disso incluem as mudanças na rotina, as dificuldades em deixar os filhos na escola, com uma babá ou com algum parente, a fim de trabalhar e alcançar uma vida financeira mais estável.

Quando tive minha filha, precisei retornar ao trabalho quando ela tinha apenas três meses de vida, já que a licença-maternidade foi iniciada quando eu estava com oito meses de gravidez. Esse retorno precoce ao ambiente de trabalho foi um baque emocional significativo, uma vez que minha filha ainda dependia exclusivamente da amamentação. Em virtude disso, fui obrigada a iniciar a introdução alimentar antes do tempo recomendado, enfrentando o desconforto dos seios cheios sem a possibilidade de ir para casa amamentar. Além disso, senti constrangimento em solicitar ao meu empregador a permissão para levar minha filha à empresa para amamentá-la, especialmente porque o local não dispunha de um espaço adequado para isso, e os olhares reprovadores dos colegas acentuaram meu desconforto.

Nos dias em que minha filha adoecia e precisava ser levada ao pediatra ou ao hospital, a situação se tornava ainda mais angustiante. Permaneci trabalhando por oito meses nessa condição até que fui demitida após precisar faltar alguns dias para cuidar da minha filha doente. Fui informada de que a empresa não poderia sustentar o número de funcionários na época, e acredito que fui escolhida para a dispensa por ser a única funcionária com um bebê pequeno, o que fazia com que, ocasionalmente, eu precisasse faltar ao trabalho por motivos familiares.

Após essa experiência, fiquei um ano sem trabalhar até conseguir um estágio remunerado em um órgão público de grande relevância social. Para aceitar essa oportunidade, precisei colocar minha filha, então com 1 ano e 10 meses, em uma creche, já que não havia ninguém de confiança para cuidar dela. No entanto, minha filha demorou a se adaptar à creche, o que me fez considerar desistir várias vezes. Permaneci no estágio porque era uma oportunidade valiosa para o meu currículo, mas me sentia culpada por não poder participar de reuniões ou festinhas na creche, uma vez que os horários de trabalho e de creche não coincidiam.

Durante esse estágio, enfrentei também comentários misóginos do administrador, que expressava preferência por não contratar estagiárias casadas e com filhos, alegando que essas condições interferem no bom andamento da agência, pois elas poderiam faltar quando os

filhos adoecem, por exemplo. Essas observações evidenciaram a dificuldade adicional enfrentada por mulheres que conciliam trabalho e responsabilidades familiares.

Foi durante esse estágio que decidi focar meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nesse tema. O interesse se consolidou ao estudar a disciplina de Metodologia de Pesquisa, ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Paula Marcela Ferreira França, no Centro de Educação, Ciências Humanas e Saúde (CHES) de Tocantinópolis, no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). A abordagem da disciplina confirmou e aprofundou meu desejo de pesquisar sobre as dificuldades enfrentadas por mulheres em jornadas duplas ou triplas e a necessidade de políticas adequadas para apoiar essas mulheres.

Durante o estágio, também observei as vivências decorrentes das ações oferecidas pelo PAPU – Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade, implementado pelo Grupo de Trabalho sobre Políticas de Apoio à Parentalidade na Universidade. Essas observações evidenciaram a importância de iniciativas que apoiem as mães na universidade e destacaram a relevância de discutir a estrutura social e a realidade acadêmica relacionada à identidade feminina.

Após concluir o estágio, fiquei alguns meses sem trabalhar, mas, quando recebi uma nova proposta de emprego, voltei ao mercado de trabalho com uma nova consciência. A primeira coisa que deixei clara ao ser procurada para o trabalho foi que eu só aceitaria a posição se o horário fosse compatível com minhas responsabilidades como mãe e se eu tivesse a flexibilidade necessária para frequentar a faculdade.

Além disso, comecei a faculdade quando minha filha tinha poucos dias de vida, durante o período da pandemia. Nos primeiros períodos, estudei de forma online, o que facilitou a conciliação entre a rotina de mãe e os estudos. No entanto, quando as aulas presenciais retornaram, enfrentei novas dificuldades. Muitas vezes, precisei levar minha filha para a sala de aula, o que era estressante para ela devido à exaustiva rotina de transporte até a faculdade. Eu precisava pegar uma moto até a beira do rio, atravessar de barco e, em seguida, pegar um ônibus para chegar à universidade. Além do cansaço, enfrentava olhares de reprovação de alguns colegas e até de professores. Enquanto no ambiente online conseguia equilibrar melhor minhas responsabilidades, no presencial precisei buscar formas de adaptação para lidar com os desafios.

Outrossim, o despreparo das empresas em acolher funcionárias que são mães e em assisti-las conforme prevê a legislação trabalhista no retorno ao trabalho após a

licença-maternidade, a desigualdade salarial, a falta de auxílios para a criação dos filhos, a improdutividade decorrente do esgotamento físico e emocional, e a ausência de uma rede de apoio adequada são questões críticas. Além disso, a preocupação com a assistência nos cuidados domésticos e o retorno aos estudos, assim como a dificuldade em conciliar esses múltiplos papéis exigidos pela realidade social da mulher moderna, despertaram em mim o desejo de explorar mais profundamente essa realidade.

Ademais, observei que essas dificuldades não são apenas problemas individuais, mas refletem uma questão estrutural e cultural que impacta negativamente a vida de muitas mulheres, comprometendo não apenas sua realização profissional, mas também sua saúde mental e bem-estar. A ausência de medidas e de suporte adequado para mães que trabalham evidencia uma lacuna significativa na proteção social e nos direitos das mulheres, o que reforça a importância de abordar este tema com rigor acadêmico.

Com isso, o estudo dessa temática é de grande relevância, pois, para tornar mais suportável o cotidiano de mães que enfrentam jornadas duplas ou triplas, é essencial que essas mulheres possam usufruir de políticas óbvias, como creches, auxílios e outras medidas que visem tornar mais justa sua jornada. Além disso, é fundamental discutir a ligação entre a identidade feminina, os papéis sociais atribuídos às mulheres, a estrutura social e a realidade acadêmica da universidade.

Quando menciono "identidade feminina", refiro-me às múltiplas dimensões que compõem as experiências e os papéis sociais designados às mulheres em diferentes contextos históricos e culturais. Esse conceito, que também pode ser analisado a partir das contribuições de autores como Joan Scott (1995) sobre gênero como uma categoria histórica e social, abrange questões como a maternidade, o trabalho, as relações de poder e as expectativas culturais.

Na minha perspectiva, a identidade feminina é um construto dinâmico, que não apenas reflete a estrutura social e de poder, mas também é moldado pelas vivências, escolhas e resistências das mulheres em contextos que frequentemente as desafiam. Assim, ao trazer esse termo para o debate, busco destacar a complexidade das experiências femininas e como elas se relacionam com a luta por igualdade de direitos e o desejo de visibilidade diante de uma jornada marcada pela sobrecarga provocada pelo acúmulo de funções que lhes são impostas.

Este estudo visa, portanto, não apenas entender as dificuldades enfrentadas, mas também propor soluções que possam melhorar a qualidade de vida das mulheres e garantir um futuro mais justo e igualitário.

#### 1.1.4 Objetivos

Paralelamente, o objetivo central deste trabalho pretende analisar quais impactos são sofridos e quais desafios são enfrentados pelas que maternam, trabalham e estudam, focando nas estratégias adotadas para conciliar os referidos papéis. Sendo que a formulação desse trabalho se pauta na observação de vivências viabilizadas pelo Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU).

#### 1.1.5 Objetivo Geral

Analisar os impactos sofridos e os desafios enfrentados por mulheres que conciliam maternidade, trabalho e estudo, com foco nas estratégias adotadas para conciliar esses papéis.

#### 1.1.6 Objetivos Específicos

1. Examinar a relação entre a identidade social feminina e os papéis sociais, destacando como as desigualdades de gênero e as políticas públicas afetam a vida de mães trabalhadoras e estudantes.
2. Compreender as ações do PAPU no suporte às mulheres que conciliam múltiplos papéis, explorando como o programa contribui para sua permanência e sucesso no ambiente acadêmico e profissional.
3. Investigar as dificuldades enfrentadas e estratégias adotadas pelas participantes do PAPU para conciliar maternidade, trabalho e estudo, aprofundando o debate sobre as barreiras e os apoios institucionais necessários para superar os desafios diários.

## 1.2 METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, com enfoque fenomenológico e estudo de caso, com o intuito de compreender as vivências das mães assistidas pelo Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU). O objetivo é compreender suas vivências enquanto mães e estudantes, assim como como elas conciliam

maternidade, trabalho e estudo, analisando os impactos sofridos e desafios enfrentados no cotidiano.

Para atingir esse propósito, serão utilizados métodos de coleta de dados variados, incluindo observação participante, aplicação de questionário e entrevista. Além disso, foram realizados estudos sobre autores relevantes para embasar o entendimento do contexto social relacionado à temática.

Nas pesquisas realizadas sob a perspectiva fenomenológica, Gil (2002) destaca que o pesquisador dedica-se a elucidar o que se apresenta de imediato. Ao invés de buscar explicações por meio de leis ou deduções baseadas em princípios, o foco concerne naquilo que está conscientemente presente na experiência dos sujeitos. Seu interesse não está voltado para o mundo externo objetivamente existente, nem para conceitos subjetivos ou atividades do sujeito, mas sim para a maneira como o conhecimento do mundo se manifesta, ocorre e é vivenciado por cada pessoa. Ele se concentra nos aspectos conhecidos, questionados, amados, odiados, entre outros. Nessa abordagem fenomenológica, o foco de estudo não é nem o sujeito nem o mundo, mas sim o mundo conforme é vivenciado pelo sujeito.

Do mesmo modo, Triviños (2009) afirma que o estudo de pesquisa qualitativa se debruça na compreensão dos significados dados pelos participantes aos fenômenos investigados, através de uma abordagem flexível e contextualizada que busca explorar a fundo os contextos culturais e sociais e capturar a essência dos fenômenos. Assim, o pensamento de *Triviños* corrobora para se pensar o contexto cultural e social em que os comportamentos humanos ocorrem, dando ênfase à importância da pesquisa qualitativa.

[...] É importante salientar para a pesquisa qualitativa em geral que entender a etnografia como o "estudo da cultura" desenvolve para o enfoque etnográfico dois conjuntos de pressupostos sobre o comportamento humano de extraordinária relevância para a investigação em educação. Com efeito, insere-se neste campo a ideia de "contexto", de uso mais ou menos comum entre os pesquisadores educacionais. (Triviños. P. 122).

Tendo isso em vista, é fundamental considerar na pesquisa sobre maternidade, trabalho e estudos o contexto em que as mulheres vivenciam esses papéis, assim como a maneira pela qual elas são influenciadas e auxiliadas na sua exaustiva jornada de trabalho, estudo e cuidado. Isso implica levar em consideração seu contexto social, econômico e cultural. Através da observação das suas dinâmicas e vivências, busca-se obter um conhecimento

aprofundado das experiências dessas mulheres e entender as estratégias de conciliação adotadas para cumprir suas responsabilidades.

O estudo de caso é uma ferramenta crucial nesse sentido, pois permite uma análise mais profunda sobre determinado caso ou temática para se obter conhecimento dos fatos. Assim, o estudo desse caso se torna interessante, pois permite captar as diferentes nuances e aspectos subjetivos que não seriam alcançados apenas por métodos quantitativos. Como diz Mirian Goldenberg em seu livro intitulado “A arte de pesquisar”:

[...] O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística”. (GOLDENBERG, 2014. Pág. 33-34) .

Sobre este mesmo aspecto, Goldenberg afirma que o pesquisador que se debruçar sobre o modo de pesquisa qualitativa estará mais desprendido de obter dados formados por comportamentos premeditados pelos pesquisados, evitando que estes fabriquem o seu comportamento durante a pesquisa, mudando assim os resultados analisados. Segundo Goldenberg:

[...] “A pesquisa qualitativa, através da observação participante e entrevistas em profundidade, combate o perigo de bias, porque torna difícil para o pesquisado a produção de dados que fundamentam de modo uniforme uma conclusão equivocada, e torna difícil para o pesquisador restringir suas observações de maneira a ver apenas o que sustenta seus preconceitos e expectativas”. (GOLDENBERG, 2004. Pág. 47).

De acordo com Goldenberg (2004), a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança de que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular, pois devem ser considerados sob todo seu entorno e as realidades em que estão englobados.

Neste sentido, para compreender as experiências das mulheres que conciliam maternidade, trabalho e estudo, a pesquisa se utiliza do estudo de campo, acompanhando as experiências de mulheres e famílias assistidas pelo Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus

Tocantinópolis, permitindo entender de forma mais clara e precisa as dinâmicas desses ambientes e as estratégias adotadas pelas participantes para conciliar suas diferentes funções exigidas nas suas experiências cotidianas.

Além da observação participante, a pesquisa também coleta dados por meio da aplicação de questionários e entrevistas, utilizando como base o método de entrevistas semiestruturadas. Segundo Elias e Col. (2021, p. 04), “As entrevistas semiestruturadas permitem a aplicação de perguntas fechadas e abertas, proporcionando ao entrevistado um ambiente mais confortável e flexível, permitindo que o investigador faça mais perguntas para entendimento do contexto no decorrer do estudo.” Esses questionários buscam analisar aspectos quantitativos, como carga horária de trabalho, estudo e cuidados com os filhos, bem como questões qualitativas que permitem aos participantes expressarem suas percepções, dificuldades e estratégias.

Portanto, os procedimentos adotados neste estudo permitem compreender as experiências das mulheres que enfrentam os desafios de conciliar maternidade, trabalho e estudo, analisando tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos. Isso possibilita entender de forma profunda como o contexto e a estrutura cultural, social, familiar e econômica influenciam a construção do papel da mulher na sociedade e quais práticas permitem tornar as experiências das mulheres menos exaustivas.

## **2. CONSTRUÇÃO DO PAPEL E IDENTIDADE SOCIAL DA MULHER E SUAS IMPLICAÇÕES**

### **A DUALIDADE DE PAPÉIS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MULHER AO LONGO DA HISTÓRIA**

A análise do papel social da mulher é crucial para compreender as profundas mudanças que moldaram as sociedades ao longo do tempo. Essa análise não apenas revela como a identidade feminina foi construída, mas também ilumina as intersecções de classe, raça e cultura que influenciam as experiências das mulheres. Entender como a identidade feminina foi construída nos ajuda a enxergar os desafios que as mulheres ainda enfrentam e a importância de continuar lutando pela igualdade de gênero. Este capítulo busca explorar a história dessa construção, destacando tanto os progressos quanto os retrocessos vividos pelas mulheres em sua busca por reconhecimento e equidade.

Além disso, é essencial considerar o papel das políticas públicas e das redes de apoio na promoção da igualdade de gênero, pois elas desempenham um papel significativo na transformação das condições sociais. As tensões que as mulheres vivem hoje, ao tentar equilibrar as responsabilidades familiares com suas aspirações profissionais, refletem uma dualidade de papéis que persiste na sociedade moderna. Essa realidade revela a necessidade urgente de um olhar crítico sobre as estruturas que mantêm as desigualdades. Assim, o capítulo aprofunda a reflexão sobre o impacto dessa construção social, as suas implicações e os desafios que as mulheres continuam a enfrentar em seu caminho por igualdade, enfatizando a importância da educação formal e informal e do empoderamento feminino como ferramentas fundamentais para a transformação social.

A trajetória das mulheres ao longo da história é marcada por uma resistência contínua às normas e expectativas impostas. Desde tempos antigos, elas têm desafiado limites, buscando seu lugar em diversos espaços, e essa luta é parte integrante das transformações sociais e das batalhas pela igualdade de gênero na contemporaneidade.

No entanto, essa trajetória de progresso não tem sido isenta de desafios. Um exemplo significativo é a conquista do direito ao voto, alcançado após anos de mobilização e resistência em vários países. No Brasil, as mulheres obtiveram esse direito somente em 1932, após uma intensa campanha liderada por figuras como Bertha Lutz<sup>3</sup>, o que demonstra o árduo caminho rumo à igualdade de gênero. Ao longo dos anos, as mulheres continuam enfrentando uma série de obstáculos, principalmente na conciliação entre responsabilidades familiares e profissionais, um desafio que persiste até hoje.

A evolução dos papéis femininos reflete a transição das mulheres do lar para a esfera pública, especialmente no contexto profissional. Segundo Badinter (1985, apud Oliveira e Traesel, 2016), até o século XVIII, a autoridade masculina predominava na estrutura familiar, com o marido ocupando a posição central. Essa estrutura se refletia nas relações sociais da época, relegando as mulheres a papéis secundários, o que limitava sua participação em decisões que afetavam suas vidas e a sociedade.

À medida que a singularidade feminina começou a ser reconhecida e as mulheres passaram a participar do ambiente profissional, novas dinâmicas emergiram nos

---

<sup>3</sup> Bertha Lutz (1894-1976) foi uma bióloga e uma das principais líderes do movimento feminista no Brasil. Formada pela Universidade de Sorbonne, em Paris, foi uma das fundadoras da Liga para Emancipação da Mulher em 1919, que deu origem à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Ela desempenhou um papel crucial na conquista do voto feminino no Brasil, alcançada em 1932, e atuou brevemente como deputada federal em 1936.

relacionamentos familiares e sociais. Isso incluiu a redistribuição das responsabilidades domésticas, o fortalecimento da autonomia feminina e o aumento das expectativas sobre a participação ativa das mulheres em questões públicas e políticas. Bruschini (2007, apud Fiorin et al., 2014, p. 26) destaca que “a entrada expressiva das mulheres no mercado de trabalho começou a se intensificar na década de 1970, inicialmente com mulheres jovens, solteiras e sem filhos”. A inserção de mulheres casadas e mães foi gradual, mas se ampliou à medida que elas começaram a buscar atividades remuneradas fora do ambiente doméstico.

Resende (2017) argumenta que a maternidade é uma construção histórica e social, influenciada por discursos que moldam a percepção do papel materno ao longo do tempo. A autora destaca que a idealização do amor materno e a glorificação da maternidade, frequentemente associadas a sentimentos positivos, resultam em uma visão romantizada da condição de ser mãe. No entanto, essa visão não leva em conta a diversidade de experiências vividas pelas mulheres e as pressões sociais que podem acompanhar a maternidade. Resende enfatiza que a concepção sobre ser mãe é produto das circunstâncias históricas, sociais e culturais de cada época, revelando que, embora a maternidade seja frequentemente vista como um estado natural e inato, ela é, na verdade, permeada por mitos e expectativas sociais que variam ao longo do tempo e do contexto. Nesse sentido, Scavone (2001, apud Resende, 2017) aponta que a maternidade como escolha é um fenômeno contemporâneo, que historicamente foi se consolidando no decorrer do século XX, no qual “as transformações econômicas, familiares, os avanços tecnológicos e os movimentos feministas constituíram-se como elementos importantes para esse processo e para a relação que então se estabeleceu com o ser mãe e o ser mulher” (p. 186).

A partir da segunda metade do século XX, as mulheres começaram a questionar sua inserção no mercado de trabalho e a sobrecarga das responsabilidades reprodutivas, especialmente as tarefas domésticas. Federici (2019, p. 20) observa que “o enfrentamento dessas tarefas foi um fator decisivo para muitas mulheres que cresceram no período pós-Segunda Guerra Mundial”. Após vivenciarem os horrores das guerras, dedicar-se exclusivamente à criação de futuros trabalhadores e soldados para o Estado tornou-se menos atrativo ter filhos. Essa nova perspectiva sobre as responsabilidades domésticas marcou um momento crucial na luta por igualdade, intensificando a demanda por maior participação na vida pública e profissional, sem que as obrigações familiares recaíssem apenas sobre as mulheres.

Movimentos sociais significativos, como as manifestações do feminismo da segunda onda nas décadas de 1960 e 1970, desafiaram as dinâmicas tradicionais ao exigir não apenas direitos trabalhistas e igualdade salarial, mas também uma reavaliação do papel da mulher na sociedade. Essas iniciativas, que incluíram protestos, campanhas e a formação de grupos de apoio, foram cruciais para mobilizar a opinião pública e promover mudanças nas legislações em favor dos direitos das mulheres. Federici (2019) destaca que, pela primeira vez, o feminismo começou a desconstruir a associação das mulheres com a reprodução, tanto no que se refere ao cuidado de outros quanto ao relacionamento com suas próprias famílias. Essa nova perspectiva questiona a ideia de que a identidade feminina deve se restringir às funções de cuidado e reprodução, defendendo uma ampliação das oportunidades e conquistas que as mulheres podem buscar.

No entanto, apesar dos avanços promovidos por esses movimentos, a realidade atual ainda reflete desafios significativos. De acordo com o estudo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, publicado trienalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2024, p. 1), existem diferenças marcantes em diversos aspectos socioeconômicos que impactam a vida das mulheres no Brasil. Por exemplo, a taxa de ocupação entre mulheres empregadas com crianças de até seis anos é inferior (66,2%) em comparação àquelas sem filhos nessa faixa etária (78,9%), evidenciando que a presença de crianças no domicílio continua a afetar negativamente a inserção feminina no mercado de trabalho. Para os homens, essa diferença é menos acentuada, com 82,8% dos que possuem filhos pequenos empregados, contra 89,0% daqueles sem filhos nessa idade.

Esses dados revelam que, embora as mulheres tenham conquistado maior participação no mercado de trabalho, ainda enfrentam barreiras que limitam suas oportunidades, especialmente aquelas que são mães. Além disso, em relação à participação em cargos de liderança, as mulheres representam apenas 45,8% das posições gerenciais, uma disparidade significativa em relação aos homens, indicando a necessidade urgente de políticas que busquem promover uma maior equidade de gênero em posições de chefia. No que tange ao rendimento, a diferença salarial entre homens e mulheres persiste em diferentes setores da economia, mesmo quando se considera atividades que demandam qualificações similares. Isso sinaliza a desigualdade remuneratória entre os gêneros, refletindo um legado das associações históricas entre as mulheres e o trabalho não remunerado, que Federici (2019) discute ao

abordar a resistência dos economistas em reconhecer a contribuição das mulheres ao mercado de trabalho.

Historicamente, o trabalho remunerado tem sido associado a diversas dimensões para as mulheres. Segundo Fiorin et al. (2014), essa relação abrange aspectos práticos, como a busca por independência e autonomia, e emocionais, como a satisfação pessoal e a oportunidade de construir redes sociais. As mulheres enfrentam a necessidade de lidar com desafios financeiros e a responsabilidade de contribuir para o sustento do lar (p. 27). No entanto, essa participação no mercado de trabalho pode ser percebida como uma sobrecarga, pois muitas mulheres se sentem pressionadas pela quantidade de atividades que desempenham, tanto no ambiente doméstico quanto no profissional, incluindo a expectativa de avançar em suas carreiras e aumentar sua renda (p. 28). Esses fatores ressaltam a urgência de ações voltadas à promoção da igualdade no mercado de trabalho, abrangendo não apenas a ocupação, mas também o acesso a cargos de decisão e a equiparação salarial.

## **2.1 DESAFIOS DA CONCILIAÇÃO ENTRE MERCADO DE TRABALHO E DINÂMICAS FAMILIARES**

Oliveira e Traesel (2016) evidenciam a complexidade das mudanças nas relações sociais e familiares causadas pela entrada das mulheres no mercado de trabalho. Eles destacam que:

[...] a redefinição de espaços e a permanente reorientação de projetos são levadas ao extremo, sob as condições históricas contemporâneas, e isso vem afetando o modo como as pessoas se relacionam entre si nas várias esferas de sociabilidade e afetividade (Idem, p. 151).

Com a crescente inserção das mulheres na força de trabalho, as dinâmicas familiares e sociais passaram por transformações profundas, levando a um reexame dos papéis tradicionais e das interações entre os membros da família. Nesse contexto, Baptista (1995, apud Oliveira e Traesel, 2016) afirma que o modelo de relacionamento conjugal mais adequado é aquele baseado no companheirismo, onde o marido apoia a emancipação da mulher e a aceita plenamente. No entanto, a chegada dos filhos e as exigências profissionais complicam essa idealização, afetando as relações familiares e a dinâmica conjugal. Essa situação gera conflitos e a necessidade de equilibrar os papéis de mãe, esposa e trabalhadora.

Federici (2019) destaca que, mesmo com a crescente tendência de compartilhar responsabilidades domésticas, as mulheres continuam assumindo a maior parte das tarefas em

casa, mesmo quando mantêm um segundo emprego. Esse desequilíbrio se intensifica após o nascimento de uma criança, gerando um desafio constante para as mulheres que precisam conciliar responsabilidades familiares e profissionais. A falta de reconhecimento pelo trabalho em jornada dupla resulta em fadiga e esgotamento. Nesse cenário, a autora argumenta que a dependência econômica e a ausência de salários para muitas mulheres reforçam a permanência dos homens em seus empregos, já que recusar esse trabalho significaria confrontar a realidade de que suas esposas e filhos dependem financeiramente deles (Federici, 2019, p. 73, 103).

Esse contexto é ainda mais alarmante quando consideramos as horas necessárias para realizar o trabalho de cuidar da casa e dos filhos. No Brasil, as mulheres que trabalham fora, além de receberem salários inferiores aos homens, dedicam mais horas a essas atividades, evidenciando a ausência de uma divisão equitativa do trabalho doméstico. Piscitelli (2009) enfatiza que, em situações em que o trabalho doméstico é compartilhado, muitas vezes a divisão ocorre entre mulheres, na maioria dos casos, as tarefas são realizadas com a ajuda de mães ou filhas, indicando que a responsabilidade familiar muitas vezes recai sobre outras mulheres da família (p. 118). Essa dinâmica perpetua o ciclo de sobrecarga das mulheres, refletindo a necessidade de uma reavaliação das responsabilidades no ambiente familiar.

A autora observa que o crescente interesse pelo trabalho doméstico revela uma verdade antiga: essa forma de trabalho só se torna visível quando é executada, permanecendo em grande parte ignorada enquanto é realizada (p. 96). A falta de autonomia e a pressão para atingir a perfeição em várias esferas podem afetar negativamente a saúde mental das mulheres. Assim, as transformações nas relações sociais e familiares decorrentes da inserção feminina no mercado de trabalho ressaltam a necessidade de um reconhecimento e suporte mais efetivos. Iniciativas como políticas de licença parental compartilhada e a criação de creches acessíveis são essenciais para ajudar as mulheres a equilibrar suas responsabilidades, permitindo que enfrentem as diversas demandas do dia a dia de forma mais equitativa.

Atualmente, é comum que as mulheres mantenham suas carreiras, e o número de famílias em que ambos os cônjuges trabalham é significativamente maior do que aquelas onde apenas o homem é o provedor. Nesses arranjos familiares, as responsabilidades domésticas e profissionais tendem a ser compartilhadas de forma mais equilibrada, embora nem sempre de maneira justa. Oliveira e Traesel (2016) enfatizam que “o trabalho constrói as identidades sociais das mulheres mais do que no passado, quando apenas os papéis de mãe e esposa eram

socialmente legítimos” (p. 150). Essa mudança reflete a crescente importância do trabalho na definição das identidades das mulheres, que agora se equilibram entre múltiplas responsabilidades.

Entretanto, mesmo com a maior participação feminina no mercado de trabalho, as desigualdades persistem. De acordo com uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), baseada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, entre 1995 e 2015, as mulheres realizam de forma desigual o chamado trabalho não remunerado, que envolve o trabalho doméstico e de cuidado. Em 2015, as mulheres desempenhavam 14,4 horas a mais por semana em tarefas domésticas do que os homens. Essa divisão desigual de afazeres resulta em uma maior sobrecarga para as mulheres, demonstrando que ainda há desigualdade de gênero e raça na sociedade.

Dados mais recentes do IBGE (2024, p. 3) reforçam essa análise, evidenciando as profundas desigualdades de gênero na divisão do trabalho doméstico e na participação no mercado de trabalho. Em 2022, as mulheres dedicavam quase o dobro do tempo aos cuidados com pessoas e às tarefas domésticas em comparação aos homens — 21,3 horas por semana para mulheres, contra 11,7 horas para homens. Além disso, ao se analisar a cor ou raça, constata-se que mulheres negras ou pardas destinam 1,6 hora a mais às atividades domésticas do que mulheres brancas, refletindo um padrão histórico de desigualdade que se intensificou entre 2016 e 2022.

A análise interseccional também revela desigualdades relacionadas à renda: mulheres pertencentes aos 20% com menor rendimento dedicam 7,3 horas a mais ao trabalho doméstico não remunerado em comparação àquelas pertencentes aos 20% com maior renda. Isso sugere que a renda interfere diretamente na capacidade de terceirização dos afazeres domésticos. Ademais, em 2022, 91,3% das pessoas que atuavam em serviços domésticos remunerados eram mulheres, o que reforça a ideia de que a sobrecarga de tarefas domésticas impacta negativamente a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Como resultado, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho foi de 53,3% em 2022, significativamente inferior à masculina, que alcançou 73,2%. Entre as mulheres jovens (de 15 a 24 anos), 23% não estavam inseridas no mercado de trabalho, educação ou treinamento, sendo essa taxa mais alta entre mulheres pretas ou pardas (26,6%) em comparação aos homens (14,6%). Embora a participação feminina tenha começado a se recuperar em 2022 após os impactos negativos da pandemia de COVID-19, ainda se mantém

abaixo dos níveis masculinos. As mulheres estão predominantemente concentradas no setor de Serviços (85,2%), e a soma das horas semanais de trabalho, incluindo as atividades remuneradas e não remuneradas, é maior para elas (54,4 horas) do que para os homens (52,1 horas) ( IBGE, 2024. p.3). Isso revela a sobrecarga que prejudica diretamente sua qualidade de vida e participação econômica.

Isso indica que a inserção das mulheres no mercado de trabalho enfrenta desafios significativos. Muitas se sentem desvalorizadas em relação à dupla jornada que enfrentam. Além de suas carreiras, elas continuam a assumir os papéis tradicionais de mãe, esposa e dona de casa, frequentemente sem o reconhecimento adequado pelo esforço que empregam para conciliar essas responsabilidades. Essa pressão, amplificada pelas demandas culturais contemporâneas que valorizam a capacidade de gerenciar todas essas funções simultaneamente, gera esgotamento e uma sensação de fadiga constante. Ao buscar realização em um aspecto de suas vidas, muitas vezes se veem forçadas a abrir mão de outro. Assim, apesar dos desafios, continuam a desempenhar todos esses papéis, muitas vezes motivados por uma gratificação implícita que provém de atender a essas expectativas (Oliveira e Traesel, 2016).

## **2.2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DOMÉSTICO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A EQUIDADE DE GÊNERO**

A dificuldade em equilibrar essas responsabilidades é ainda mais acentuada pela maneira como o trabalho doméstico é socialmente construído. Historicamente, essa divisão de tarefas foi reforçada por normas culturais que associam o cuidado do lar exclusivamente às mulheres, como se fosse uma extensão natural de seu papel. Nesse sentido, Federici (2019, p. 42) destaca que a imposição do trabalho doméstico às mulheres não é apenas uma questão de divisão de tarefas, mas também está ligada à forma como essa atividade foi naturalizada como parte da essência feminina. Um exemplo claro dessa construção social pode ser observado na maneira como o trabalho doméstico, muitas vezes, permanece invisível e não remunerado, mesmo quando as mulheres dedicam horas diárias a essas atividades. Essa construção social cria a expectativa de que o trabalho doméstico é uma necessidade interna e uma aspiração derivada da suposta natureza das mulheres. Tal percepção não apenas reforça a desigualdade de gênero, mas também torna mais difícil a valorização do trabalho profissional das mulheres, uma vez que a sociedade tende a considerar o trabalho em casa como prioritário.

Além disso, conforme destacado por Almeida e Santos (2018), “no Brasil, apesar de algumas mudanças significativas, muitas empresas ainda consideram a maternidade um ponto negativo para a carreira feminina. Em face disso, as mulheres que não possuem uma jornada de trabalho flexível enfrentam grandes desafios para lidar com uma rotina tão intensa” (p. 584). De fato, uma das maiores pressões que as profissionais contemporâneas enfrentam não é apenas provar sua competência profissional, mas, principalmente, conciliar as demandas da carreira com a vida pessoal (Almeida e Santos, 2018, p. 584). Essa situação ressalta a necessidade de um reconhecimento mais amplo das múltiplas funções que as mulheres desempenham, tanto no ambiente de trabalho quanto em casa, para que possam alcançar uma verdadeira equidade em suas vidas profissionais e pessoais.

Nesse contexto, Federici (2019, p. 75) reforça essa visão ao destacar que os empregadores sabem que as mulheres, acostumadas a trabalhar sem remuneração adequada, muitas vezes aceitam condições de trabalho desfavoráveis em troca de uma fonte de renda. Ela argumenta que a associação do “feminino” à figura da “dona de casa” perpetua uma identidade que as mulheres carregam consigo, juntamente com as habilidades domésticas desenvolvidas desde a infância. Isso revela que, embora a participação feminina no mercado de trabalho seja vista como um passo em direção à emancipação, muitas vezes acaba por sobrecarregar ainda mais as mulheres, que continuam a desempenhar as tarefas domésticas. Dessa forma, os desafios para as mulheres vão além da busca por reconhecimento profissional, estendendo-se à necessidade de uma divisão mais justa das responsabilidades no ambiente doméstico e no trabalho. Essas análises, portanto, convergem ao enfatizar que a verdadeira equidade só será alcançada quando houver uma valorização efetiva das múltiplas funções desempenhadas pelas mulheres, tanto dentro quanto fora de casa.

Diante desse cenário, a Lei Nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, criou o Programa Empresa Cidadã, obrigando as empresas a adotarem políticas mais inclusivas que apoiam tanto a maternidade quanto a paternidade, com o intuito de reduzir o impacto dessa sobrecarga. Esta lei possibilita a prorrogação da licença-maternidade por mais 60 dias, totalizando 180 dias para as empregadas de empresas que aderirem ao programa (Brasil, 2008). Além disso, ela permite a extensão da licença-paternidade por mais 15 dias, somando-se aos 5 dias previstos pela legislação, resultando em um total de 20 dias de licença para os pais (Brasil, 2008). No entanto, apesar dessas medidas promoverem um ambiente de trabalho mais inclusivo e facilitarem a conciliação entre carreira e família, nem todas as

empresas aderem ao Programa Empresa Cidadã<sup>4</sup>, o que limita o alcance dos benefícios. Ainda assim, onde implementadas, essas iniciativas proporcionam mais tempo aos pais para se dedicarem aos cuidados iniciais dos filhos, sendo fundamentais tanto para o bem-estar infantil quanto para o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional das famílias.

A vivência da maternidade é sentida de forma complexa e ambígua por parte das mulheres, especialmente devido às responsabilidades envolvidas nos cuidados com os filhos. Conforme observado por Fiorin et al. (2014, p. 31), essa experiência envolve uma série de desafios emocionais e práticos. É comum que a mãe assuma a maior parte, senão toda, a responsabilidade pelos cuidados com o filho nos primeiros meses, muitas vezes sacrificando oportunidades de trabalho e outras conquistas em prol da maternidade. Enquanto isso, o papel do pai tende a ser percebido como secundário, atuando como um colaborador na criação dos filhos e na organização doméstica (Pereira & Neves, 2010, apud Fiorin et al., 2014, p. 32).

No entanto, é importante considerar que a perspectiva dos pais também é relevante nesse contexto. Muitos pais desejam participar ativamente da criação dos filhos e podem sentir a pressão de equilibrar suas responsabilidades profissionais com o desejo de serem presentes na vida familiar. Federici (2019, p. 103) observa que, atualmente, “os homens estão mais propensos a fazer algum trabalho doméstico, particularmente entre casais nos quais ambos possuem emprego”. Além disso, em muitos casos, novos casais optam por formalizar acordos que definem a distribuição das responsabilidades familiares. Essa dinâmica pode gerar tensões, uma vez que, embora os pais estejam cada vez mais engajados nos cuidados infantis, ainda enfrentam estigmas sociais e expectativas de que seu papel seja menos central que o da mãe. Assim, uma discussão mais equilibrada sobre a vivência da parentalidade deve incluir a experiência dos pais, reconhecendo suas contribuições e desafios no contexto da criação dos filhos.

A sobrecarga enfrentada pelas mulheres se acentua pela combinação de serviços físicos, emocionais e sexuais que são esperados delas, o que torna seu trabalho pesado e, ao mesmo tempo, invisível. Essa realidade é um reflexo das pressões sociais que moldam o papel da mulher como dona de casa, configurando uma expectativa que muitas vezes a impede de buscar reconhecimento em outras esferas da vida (Federici, 2019, p. 45).

Em muitos casos, as mulheres se veem confrontadas com a necessidade de conciliar suas responsabilidades maternas com suas carreiras profissionais, o que pode gerar um

---

<sup>4</sup> A adesão ao Programa Empresa Cidadã não é obrigatória para todas as empresas. Apenas aquelas que optam por aderir à lei têm a obrigação de estender os períodos de licença-maternidade e licença-paternidade.

impacto significativo em suas vidas pessoais e emocionais. A experiência feminina moderna é marcada pela necessidade socialmente imposta de equilibrar múltiplos papéis e pela luta constante por reconhecimento. Muitas mulheres precisam se organizar de forma extrema para conciliar a rotina de trabalho e maternidade (Almeida e Santos, 2018, p. 590). Em alguns casos, a carreira escolhida precisa ser temporariamente adiada para priorizar a maternidade (Oliveira e Traesel, 2016, p. 590).

Em sua obra *O Ponto Zero da Revolução*, Silvia Federici destaca que o trabalho reprodutivo, apesar de ser fundamental para a sobrevivência e manutenção da sociedade, tem sido desvalorizado e invisibilizado. A autora argumenta que o capital se aproveita do trabalho das mulheres ao transformá-lo em um ato de amor, levando à internalização de uma identidade subserviente e dependente. Essa dinâmica gera um impacto significativo nas vidas das mulheres, que são treinadas para sacrificar suas próprias vontades, resultando em um ciclo de culpa e fracasso quando não conseguem se adequar a esse padrão. Federici (2019, p. 44) afirma que:

[...] O capital tem sido muito bem-sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (idem).

Essa abordagem não apenas revela a instrumentalização do trabalho feminino, mas também contribui para a perpetuação de uma cultura que desvaloriza a contribuição das mulheres na sociedade. Ao desconsiderar o trabalho reprodutivo como uma atividade indigna de reconhecimento e remuneração, o capital mantém as mulheres em uma posição de vulnerabilidade, dificultando sua emancipação e participação plena na vida pública. Dessa forma, a ideia de que o cuidado e a reprodução são expressões do amor desvia a atenção das condições sociais e econômicas que sustentam essas relações, perpetuando a opressão e a desigualdade. Assim, é fundamental que essa discussão se amplie, desafiando a visão romântica e idealizada do trabalho feminino e promovendo uma reavaliação crítica do valor do trabalho reprodutivo.

Nesse contexto de desvalorização do trabalho feminino, Almeida e Santos (2018) discutem o dilema enfrentado por mulheres que, mesmo ao abandonarem suas carreiras após o nascimento de filhos, continuam determinadas a perseguir seus sonhos. A executiva Marrie

Ometto, entrevistada por ela, exemplifica essa luta ao questionar: "Será que é possível ter êxito na equação carreira e maternidade?" (p. 591). Essa dúvida reflete a tensão entre as expectativas sociais que ainda insistem na visão do papel da mulher como mãe e cuidadora, e a aspiração legítima de realização profissional. Assim, a busca por um equilíbrio entre carreira e maternidade torna-se um desafio complexo, muitas vezes exacerbado pela invisibilidade do trabalho reprodutivo e a pressão para atender às demandas de ambos os mundos.

Ao mesmo tempo, uma parcela das mulheres compreende que não devem se culpar pelas mudanças de rotina em suas vidas, pois essas mudanças são parte do curso natural da vida profissional ao optar pela maternidade. Nesse sentido, Almeida e Santos (2018) sugerem que a responsabilidade de discutir e implementar políticas de gestão de pessoas que considerem essa realidade na trajetória das carreiras femininas deve recair sobre as organizações (p. 592). A falta de harmonia entre as esferas profissional e familiar pode resultar em exaustão e problemas de saúde mental. Dessa forma, é essencial estabelecer um equilíbrio que permita às mulheres alcançarem sucesso tanto no âmbito profissional quanto no familiar, enquanto mantêm sua independência. Esse equilíbrio não apenas favorece o bem-estar das mulheres, mas também contribui para uma cultura organizacional mais inclusiva e equitativa, reconhecendo a importância de suas múltiplas contribuições.

Além disso, é fundamental ampliar essa discussão para incluir as experiências de mulheres negras, que frequentemente enfrentam desafios únicos relacionados à maternidade, à intersecção de raça e classe, e à luta contra estereótipos e desigualdades estruturais. Assim, a transição das mulheres para o espaço público e sua emancipação não apenas trouxeram novos desafios, mas também abriram novas oportunidades. A conciliação entre a vida profissional e familiar, a busca por reconhecimento e a necessidade de equilibrar múltiplos papéis não são apenas elementos essenciais para o bem-estar das mulheres modernas, mas também podem representar uma fonte de sobrecarga e estresse, especialmente quando as expectativas sociais e familiares se acumulam de forma desigual. A compreensão e o apoio a essa dinâmica, tanto por parte das instituições quanto da sociedade como um todo, são fundamentais para promover a saúde mental e a realização pessoal das mulheres em todas as esferas de suas vidas.

Assim, reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres, implementando políticas que facilitem essa conciliação, é crucial para construir uma sociedade mais equitativa e inclusiva. No contexto das complexas dinâmicas que influenciam a posição das mulheres na sociedade,

emerge a urgência de reconhecer e abordar os desafios enfrentados por elas na conciliação de maternidade, trabalho e estudos. Essas questões ecoam não apenas na esfera individual, mas também refletem as desigualdades estruturais que historicamente subordinaram as mulheres. Diante desse cenário, é fundamental examinar as evoluções nos papéis de gênero e as pressões sociais que moldam as experiências femininas, enquanto buscamos novos modelos de maternidade e políticas de apoio adequadas para promover a equidade de gênero e o bem-estar das mulheres em todas as esferas da vida.

### **2.3 DESAFIOS DE GÊNERO, MATERNIDADE, TRABALHO E SAÚDE MENTAL**

As discussões sobre teorias de gênero têm evoluído significativamente ao longo dos anos, especialmente no contexto do sufrágio feminino, do direito ao trabalho e da luta contínua por igualdade em diversos âmbitos da sociedade. Como mencionado anteriormente, novas formas de organização familiar, desenvolvidas após a Revolução Industrial, juntamente com os direitos e deveres adquiridos por meio de lutas sociais e construções socioculturais, atribuíram novas funções às mulheres, transformando seu papel na sociedade.

De acordo com Gomes et al. (2016), “a discriminação de gênero está presente em todas as culturas, independentemente do desenvolvimento do país, e é perpetuada por comportamentos aprendidos e instituições sociais.” As autoras também ressaltam a opressão histórica das mulheres e como os papéis de gênero são construções sociais que estabelecem limites em diversas áreas da vida (p. 13-14). Essa discriminação é intrinsecamente ligada a estruturas de poder que, historicamente, subordinam as mulheres e limitam suas oportunidades de participação plena na sociedade. Complementando essa análise, Federici (2019) aponta que “conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro. Ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos” (p. 69). Essa afirmação evidencia que, mesmo com a entrada no mercado de trabalho, as mulheres enfrentam uma carga adicional de responsabilidades que perpetua a opressão de gênero. Álvares (2021) também afirma que “a estrutura social, apesar dos avanços na condição feminina, permanece largamente influenciada pelas formas historicamente estabelecidas pelos homens” (p. 9, 12). Essa realidade complica a questão do trabalho feminino, pois muitas normas e expectativas sociais refletem essa estrutura de poder. Essa perspectiva histórica e social é fundamental para entender as dinâmicas complexas que ainda hoje influenciam a posição das mulheres.

Paralelamente, a evolução das estruturas familiares, junto aos avanços resultantes de diversas lutas sociais e mudanças socioculturais, desempenhou um papel crucial na redefinição das funções atribuídas às mulheres. O papel tradicional da mulher, centrado principalmente nas responsabilidades de mãe, esposa e cuidadora do lar, passou por transformações significativas. Nascimento e Vilas Boas (2016) observam que “a relação de trabalho remunerado, fora do âmbito doméstico, caracterizou-se como mais um papel na vida da mulher, que historicamente já trazia consigo papéis legítimos de mãe e cuidado com a casa, fruto de uma sociedade patriarcal.” Essa situação destaca como a inserção da mulher no mercado de trabalho não anula suas funções tradicionais, mas sim adicionou uma nova dimensão às suas responsabilidades.

Essa transformação revela uma nova interpretação do papel da mulher na sociedade, que, ao deixar de ser apenas uma figura ligada ao ambiente doméstico, se torna um agente ativo em diversas áreas da vida pública. Com o passar do tempo, as mudanças sociais e culturais impactam profundamente a vida das mulheres, que agora equilibram múltiplas responsabilidades, tanto em casa quanto no trabalho, aumentando suas obrigações diárias e desafiando as expectativas sociais pré-estabelecidas.

Segundo os autores Ávila e Portes (2012), “as consequências dessa rotina cheia de afazeres são mulheres muito mais vulneráveis emocionalmente e carregadas de estresse”:

[...] Para as mulheres que vivenciam essa realidade, a rotina diária é um corre corre frenético para tentar dar conta de todos os segmentos de trabalho. Para grande parte das mulheres, a habilidade de separar e definir limites para os diferentes tempos/espacos é um grande desafio. Conciliar os três segmentos de trabalho é uma fonte de estresse, ansiedade e pressão constantes. Isso as torna emocionalmente vulneráveis. (idem, p. 815).

Essa vulnerabilidade é resultado de uma rotina frenética, onde as mulheres se veem obrigadas a lidar com diversas demandas, tanto no âmbito profissional quanto nas responsabilidades familiares e pessoais. Para muitos, a habilidade de separar e definir limites entre esses diferentes tempos e espaços torna-se um grande desafio. A conciliação dessas três esferas de trabalho não apenas gera estresse e ansiedade, mas também pressões constantes, que contribuem para a fragilidade emocional das mulheres.

Desde tenra idade, as meninas são submetidas a um processo de socialização que as orienta para papéis de cuidado e responsabilidade, frequentemente manifestados em atividades como cuidar de bonecas e auxiliar nas tarefas domésticas. Em contraste, os

meninos são direcionados para atividades que estão mais alinhadas com a figura masculina da família, como o aprendizado de ofícios tipicamente masculinos. Essa socialização contínua e desigual influencia o desenvolvimento de um instinto de "mulher guerreira", caracterizado pela percepção de que as mulheres devem ser capazes de equilibrar múltiplas responsabilidades. Essa expectativa de ser multitarefa não apenas reforça as pressões enfrentadas por elas na vida adulta, mas também perpetua um ciclo de estresse e vulnerabilidade emocional.

Nesse contexto, a reflexão de Simone de Beauvoir se torna particularmente relevante. Como afirma Beauvoir, "ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que se qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro" (Beauvoir, 1949, p. 9, apud Álvares, 2014). Essa afirmação ressalta que a feminilidade, a essência do cuidado, não é uma característica inata, mas sim uma construção social. A identidade feminina é moldada pelas expectativas e influências da sociedade, indo além de fatores biológicos ou individuais. Portanto, ao reconhecer que a feminilidade é uma construção social, podemos compreender melhor as pressões que as mulheres enfrentam ao tentar equilibrar suas múltiplas responsabilidades e os papéis que a sociedade espera que desempenhem.

As dinâmicas sociais que moldam o papel das mulheres desde a infância continuam a impactar sua experiência ao longo da vida, criando um cenário em que a busca por equilibrar múltiplos papéis se torna cada vez mais desafiadora. Essa incessante dedicação ao bem-estar coletivo, internalizada pelas mulheres através de suas relações, frequentemente as leva a negligenciar suas próprias necessidades e saúde. Ao se dedicarem exclusivamente ao cuidado dos outros, elas enfrentam uma sobrecarga de responsabilidades que pode resultar em estresse, esgotamento e até mesmo problemas de saúde física e mental. Essa sobrecarga compromete não apenas o bem-estar das mulheres, mas também a qualidade do cuidado que oferecem, criando um ciclo de precarização do bem-estar para todos os envolvidos.

[...] As responsabilidades de cuidado também estão relacionadas a níveis mais altos de insatisfação com a situação financeira e o trabalho. Uma mulher sobrecarregada com o cuidado tem menos tempo ou condições para se dedicar ao trabalho remunerado. Uma mulher sem renda digna tem precarizadas suas condições de vida e suas condições de cuidar. Precisamos entender que o adoecimento psíquico é também o resultado dessa conta que

não fecha e pressiona de maneira sobrehumana a saúde mental das mulheres. (Think Olga, 2023. p. 35).

Essa afirmação ilustra como a falta de suporte e a carga de trabalho não remunerado afetam não apenas a saúde mental das mulheres, mas também suas condições de vida e a qualidade do cuidado que prestam. Dessa forma, é fundamental entender que o adoecimento psíquico muitas vezes é resultado dessa realidade insustentável, que pressiona de maneira sobre-humana a saúde mental das mulheres. Assim, a consciência sobre essas questões é crucial para a implementação de políticas e práticas que possam apoiar a saúde emocional e o bem-estar das mulheres em todas as esferas da vida. Abordar essas dinâmicas é essencial para criar um ambiente mais equilibrado, onde as mulheres possam cuidar de si mesmas e dos outros de forma saudável e sustentável.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde mental como um estado completo de bem-estar físico, mental e social. Todos têm o direito de desfrutar da melhor saúde possível, independentemente de raça, religião, posição política, situação econômica ou social (OMS, 1946). Portanto, é impossível pensar nas causas de boa saúde ou doença sem considerar o contexto e a comunidade em que o indivíduo vive.

No Brasil, um relatório do Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME) mostrou que, em 2019, 49 milhões de pessoas sofriam com algum tipo de transtorno mental ou causado pelo uso de substâncias, com 53% desses casos sendo de mulheres. Elas são maioria nos transtornos de ansiedade e depressão, enquanto os homens predominam nos transtornos relacionados ao uso de álcool e outras drogas (IHME, 2019, apud Think Olga, 2023). Esses dados destacam a conexão entre as múltiplas responsabilidades das mulheres e seu bem-estar emocional, indicando que, embora a conciliação de múltiplas responsabilidades seja frequentemente vista como algo necessário e positivo para a manutenção de seus papéis na sociedade, essa sobrecarga de trabalho e a dificuldade em estabelecer limites claros podem contribuir para o aumento do estresse e da vulnerabilidade emocional entre elas, sendo, portanto, uma das fontes do problema, ao invés de uma solução.

Uma pesquisa conduzida pelo Lab Think Olga em 2023, com 1.078 mulheres brasileiras entre 18 e 65 anos, revelou que seis em cada dez mulheres enfrentam diariamente a ansiedade. A crise sanitária da COVID-19 agravou questões como dificuldades financeiras, dívidas, baixos salários e sobrecarga de trabalho, que foram apontadas como principais fontes de aflição. A pesquisa evidenciou que os índices de satisfação máxima em várias esferas da vida das mulheres não ultrapassam 32%, com destaque para as relações familiares e afetivas.

A situação financeira e a habilidade para equilibrar diferentes aspectos da vida mostraram-se como os pontos de maior insatisfação, com 14% e 21%, respectivamente. Esses dados revelam a realidade de acúmulo de trabalho profissional, doméstico e familiar que as mulheres enfrentam, resultando em grande estresse e vulnerabilidade emocional.

Esses dados evidenciam que o alto custo da sobrecarga de trabalho, seja pela dedicação exclusiva às responsabilidades domésticas, seja pela jornada dupla de trabalho remunerado e não remunerado, afeta a qualidade de vida das mulheres. De acordo com Federici (2019, p. 110), uma transformação substancial nas políticas sociais e econômicas, além de uma reestruturação das prioridades sociais, é necessária para que haja uma mudança positiva e significativa. Sem essas adaptações, as mulheres continuarão a suportar um fardo excessivo, com consequências graves para sua saúde física e mental.

Conciliar a vida profissional com o papel de mãe e outras demandas cotidianas é um desafio significativo no contexto atual, marcado pela necessidade de alternar entre essas funções. É fundamental que as mães que trabalham e estudam sejam apoiadas por leis trabalhistas, empresas, parceiros, redes de apoio e outros agentes competentes, para que a sobrecarga e os desafios enfrentados por essas mulheres possam ser superados.

Nesse sentido, Salazar (2019) destaca a importância de construir um suporte seguro para assegurar uma maternidade distinta para as mulheres profissionais e cientistas. Segundo a autora:

[...] Uma geração de mãe que pode levar uma “maternidade distinta”, uma maternidade vivenciada por mulheres científicas, trabalhadoras, profissionais, poderia ser mensurada e estudada desde o viés da rede de apoio com que disponha a pessoa/mãe. Indiferentemente da dimensão dessa rede de apoio e o tipo de filiação que se tenha com a mãe; a rede de apoio para uma maternidade na modernidade requer políticas públicas que promovam a construção de creches, particulares e públicas. Um companheiro(a) que comporta saudavelmente o projeto de criação, num contexto familiar, ou uma avó, amigas(os), vizinhas(os), que vão construindo o entorno de uma mulher/mãe, que no contexto individualista moderno, cada dia vive o processo em solidão. Dessa forma poder produzir, acompanhar, educar e cuidar da nova pessoa que chega ao mundo através dela. (idem. p. 96).

O pensamento de Salazar traz à tona a necessidade de um apoio efetivo, que não se limita à esfera privada, mas se expande para a necessidade de medidas que garantam a criação de ambientes propícios à maternidade. Essa ideia se conecta com o argumento inicial sobre a importância de suporte às mães que trabalham e estudam, evidenciando que a ausência desse suporte pode levar à solidão e à sobrecarga.

Em sua pesquisa sobre mulheres cientistas profissionais de camadas médias no Norte do Brasil, Salazar analisa que nossa sociedade está alicerçada em um modelo extremamente hierarquizado. Nesse modelo, as mulheres são atribuídas responsabilidades relacionadas ao cuidado da família e do lar, enquanto os homens são condicionados ao espaço público e ao trabalho, onde buscam afirmar sua masculinidade. Essa divisão reflete uma visão tradicional de gênero, na qual as atividades socialmente valorizadas são atribuídas aos homens, reforçando as disparidades de gênero. Salazar explica:

[...] O que significa um modelo altamente hierarquizado na divisão de tarefas no interior do lar: ao homem caberia o espaço público da rua, do trabalho, do bar, onde se atualizar e afirmar sua masculinidade, à mulher caberia o cuidado da família, do marido e da casa, e a esta estaria reservado ao espaço doméstico. (Salazar, 2019. P.91).

Assim, a autora enfatiza a natureza desigual da divisão de tarefas, que perpetua a ideia de que o cuidado é uma responsabilidade feminina, enquanto os homens ocupam espaços sociais e profissionais. Essa citação se conecta ao argumento anterior ao destacar como essa estrutura social dificulta a possibilidade de as mães se dedicarem igualmente a suas carreiras e responsabilidades familiares.

Dessa forma, a análise de Salazar não apenas ilustra as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na conciliação de seus papéis, mas também revela a necessidade urgente de um reconhecimento social e institucional das responsabilidades compartilhadas entre os gêneros. A falta de apoio, associada a uma pressão por desempenho e à valorização da figura feminina que concilia múltiplos papéis, não só perpetua a desigualdade, como também faz com que essa sobrecarga seja vista como algo intrínseco à identidade feminina, como se fosse algo positivo e necessário. Essa visão limita as oportunidades de desenvolvimento para as mulheres, ao mesmo tempo em que ignora a complexidade e as implicações emocionais dessa dinâmica.

Nesse sentido, Salazar aponta que as mulheres das camadas médias da sociedade vivenciam realidades diversas em seu cotidiano, sendo a rede de apoio um elemento relevante para cada cenário. Contudo, mesmo quando contam com essa rede, a demanda exclusiva dos filhos pela presença da mãe e a pressão social se constituem em fatores conflitantes. Salazar afirma:

[...] Porém, estudar a maternidade na contemporaneidade representa um amplo universo de ideias, organizações e até movimentos sociais, políticos, de saúde, entre outras atividades que acompanham e constroem as maternidades atuais, representadas por mulheres que, em sua maioria, têm parido uma pessoa. Ainda que a construção de uma pessoa em sociedade seja responsabilidade e consequência da interação com o entorno; nas sociedades ocidentais latino-americanas, a figura da mulher mãe, aquela que se reproduz através da gravidez e pare a criança, é também a que deve orientar, decidir, educar e socializar. Sendo então a responsável pelo resultado na construção social e não só na produção biológica daquele indivíduo. (2019. P.90).

Ao analisar a maternidade contemporânea, Salazar destaca que o papel da mãe transcende a mera produção biológica de seus filhos, desempenhando uma função crucial no crescimento social e no desenvolvimento deles. A maternidade moderna é, portanto, complexa e abrange um vasto espectro de influências, incluindo organizações, movimentos sociais e políticas públicas que moldam as experiências das mães. A criação de um indivíduo ultrapassa os limites da biologia, pois seu desenvolvimento é influenciado por interações sociais, culturais e ambientais.

Apesar dos avanços dos movimentos sociais visando à ocupação de um espaço de visibilidade na sociedade, persistem desigualdades de gênero, especialmente na divisão de responsabilidades no cuidado das crianças, que muitas vezes não são compartilhadas igualmente entre os pais ou responsáveis. Salazar conclui:

[...] Até recentemente a sociedade destinava as mulheres à maternidade ou à prostituição, diante das lutas empreendidas pelas mulheres para ocuparem mais espaços públicos, essa percepção mudou significativamente. Os corpos femininos eram naturalizados e normatizados para ocupar o lugar da natureza, cumprir com um labor biológico: reprodutivo e sexual.( 2019. P.94).

Essa evolução evidencia como, historicamente, a sociedade atribuía às mulheres papéis restritos, como a maternidade ou a prostituição. Contudo, graças às lutas empreendidas pelas mulheres em busca de uma maior presença nos espaços públicos, essa percepção tem mudado significativamente. Como observado por Salazar, os corpos femininos eram antes naturalizados e normatizados para cumprir um papel biológico, reprodutivo e sexual. Esse contexto histórico é fundamental para compreender as barreiras que as mulheres contemporâneas ainda enfrentam na busca por uma igualdade efetiva.

Apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer para que as mulheres possam ocupar e desempenhar seus múltiplos papéis de maneira digna, superando o peso sobre sua identidade social imposto por uma sociedade patriarcal. É crucial reconhecer, como

destaca Saffioti (2001, p. 115), “que no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas”. Essa afirmação ressalta a dinâmica de poder no patriarcado, onde os homens exercem um papel dominante, controlando a conduta de diferentes grupos sociais e perpetuando a desigualdade de gênero.

Numerosos desafios permeiam a realidade feminina, especialmente no contexto da inserção no mercado de trabalho e nas esferas da vida familiar e social. Nascimento e Vilas Bôas (2015, p. 167) destacam que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho acarretou um aumento significativo em suas responsabilidades, abrangendo não apenas as tarefas domésticas, mas também o cuidado com os filhos. Elas se veem diante de um novo papel social, que exige não apenas a gestão do lar, mas também a competição por espaço e reconhecimento no ambiente profissional.

Além disso, as mulheres enfrentam discriminação em aspectos como salários, ocupação de cargos e tratamento, muitas vezes resultando em posições inferiores às dos homens, simplesmente em virtude de sua identidade de gênero. O texto de Nascimento e Vilas Bôas evidencia essa realidade ao afirmar que:

[...] As transformações culturais colocam a mulher participando de maneira intensa no mercado de trabalho, aumentando sobremaneira as suas tarefas, tanto domésticas, como as de cuidado com a prole, como as do trabalho social. Ganha a mulher um novo papel social, revestido de enormes responsabilidades individuais, familiares e sociais, o que lhe impõe mudança de comportamentos e disputa de cargos e funções no mercado de trabalho, junto aos homens e aos seus pares. Nesta luta, a mulher sofre inúmeras discriminações, no mercado de trabalho, marcadas, notadamente, pelo salário, cargos ocupados e tratamento que lhe é dado, ocupando muitas vezes posição inferior ao homem, devido à sua situação de “ser mulher”. (NASCIMENTO, G. A. F.; VILLAS BÔAS, R. V, 2015, p. 167).

Isso, destaca como a participação feminina no mercado de trabalho não apenas intensifica suas responsabilidades, mas também a submete a condições desiguais. Embora as mulheres estejam cada vez mais integradas ao mundo do trabalho, suas contribuições ainda são frequentemente desvalorizadas, refletindo uma estrutura social que perpetua a desigualdade de gênero.

Dito isto, fica claro que, mesmo com a inserção no mercado de trabalho, a mulher continua sendo a principal responsável pelos cuidados domésticos e familiares. Essa dupla jornada resulta em um sacrifício significativo, uma vez que muitas mulheres precisam acordar mais cedo e dormir mais tarde para dar conta de todas as suas responsabilidades.

Elas se veem obrigadas a realizar uma série de tarefas diárias, como preparar o café da manhã para os filhos, levá-los à escola, organizar o almoço e, então, ir trabalhar – não necessariamente nessa ordem – especialmente no caso daquelas que não contam com auxílio nas tarefas domésticas. Além dessas responsabilidades, as mulheres ainda enfrentam desigualdades no mercado de trabalho, como tratamento diferenciado, salários menores, ocupação de cargos inferiores ou, mesmo quando ocupam a mesma posição que os homens, recebem remunerações mais baixas. Esses são apenas alguns dos desafios enfrentados pelas mulheres que são mães.

Além disso, a respeito dessa sociedade pautada na divisão sexual e divisão de classes, Bourdieu também enfatiza sobre a mesma perspectiva que,

[...] “A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres” (BOURDIEU, 2012. Pág. 18).

Desse modo, destaca-se na fala de Bourdieu que a sociedade sustenta uma estrutura pautada na divisão do trabalho com base no sexo, atribuindo atividades específicas a homens e mulheres, além de separar seus espaços de atuação. Por exemplo, atividades públicas, como a assembleia ou mercado, são reservadas aos homens, enquanto as mulheres ficam limitadas ao ambiente doméstico. Essa divisão contribui para manter a dominação masculina e perpetuar desigualdades de gênero na sociedade.

É lamentável constatar que persiste a reprodução da ideia de que o trabalho doméstico não constitui efetivamente uma forma de trabalho remunerado, perpetuando a associação dessa responsabilidade às mulheres. Esta realidade implica em uma jornada exaustiva para as mulheres, muitas vezes resultando em sentimentos de desvalorização e baixa autoestima. Ademais, uma parcela significativa da população feminina encontra-se inserida no mercado de trabalho e simultaneamente busca conciliar seus estudos, o que acarreta em consequências adversas como estresse, desgaste físico e emocional. Esses fatores, por sua vez, podem impactar negativamente o desempenho acadêmico das mulheres, bem como suas demais responsabilidades.

Embora tenhamos alcançado avanços significativos na promoção da participação

feminina no contexto social, torna-se evidente a necessidade contínua de lutar por melhorias que visem mitigar e aliviar a sobrecarga enfrentada pelas mulheres no âmbito do trabalho. Este empreendimento requer uma análise crítica das estruturas sociais e uma abordagem proativa na implementação de políticas e práticas que promovam a equidade de gênero e a redistribuição justa das responsabilidades domésticas e profissionais.

No entanto, apesar desses desafios, as mulheres estão buscando construir uma nova maternidade, que fuja ao padrão estrutural e patriarcal de reprodução de condutas que as colocaram somente no lugar de criar e cuidar. Elas estão mais informadas e em busca de transformar padrões que, por tanto tempo, tornaram pesado o papel da mulher. Como aponta Salazar (2019, p. 95), “as mulheres/mães na modernidade, informadas e com discurso de transformações nos padrões de criação e cuidados tradicionais, constroem modelos de maternidade diferenciados por serem gestados na conciliação com as outras tarefas que as mulheres desenvolvem na sociedade latino-americana”.

Em suma, a conciliação entre maternidade, trabalho e estudos revela-se como um desafio multifacetado que requer um reconhecimento profundo das desigualdades de gênero ainda presentes em nossa sociedade. A análise das condições enfrentadas pelas mulheres evidencia a urgência de um suporte robusto, que inclua não apenas políticas públicas que promovam creches e espaços de apoio, mas também a construção de uma cultura de co-responsabilidade nas tarefas domésticas e familiares. Os desafios enfrentados refletem a reprodução social que historicamente subordinou as mulheres, impondo-lhes uma carga desproporcional de responsabilidades. Nesse sentido, é crucial implementar práticas que visem à redistribuição justa de tarefas.

As mulheres contemporâneas, cientes de suas capacidades e direitos, buscam não apenas atender às expectativas tradicionais, mas também redefinir seus papéis em uma sociedade em constante transformação. Portanto, é imperativo que continuemos a lutar por uma verdadeira equidade de gênero, promovendo mudanças estruturais que possibilitem às mães uma vivência plena de suas múltiplas funções, sem a sobrecarga de responsabilidades que historicamente lhes foi imposta. A construção de uma nova maternidade, que respeite e valorize a diversidade de experiências das mulheres, é um passo fundamental para a promoção do bem-estar e da justiça social.

### **3. PROGRAMA DE APOIO À PARENTALIDADE NA UNIVERSIDADE (PAPU)**

O contexto atual das universidades demanda um olhar atento para a conciliação entre maternidade, carreira e estudos, especialmente em um cenário onde a inclusão e a diversidade são cada vez mais valorizadas. O Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) foi criado para facilitar essa conciliação entre as responsabilidades parentais e acadêmicas dos estudantes e servidores da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT).

Segundo a professora Carliene Bernandes, “as atividades de cuidado com as crianças são essenciais para a continuidade da espécie humana” (LIVE do I Ciclo de Debates sobre Políticas de Apoio à Parentalidade na Universidade, 2022). No entanto, conciliar esses cuidados com a formação acadêmica e as responsabilidades profissionais na universidade representa um desafio para as famílias, especialmente para as mães universitárias. Isso ocorre porque, tanto por questões biológicas quanto culturais, as tarefas de cuidado infantil costumam ser atribuídas a elas, reforçando a necessidade de promover a equidade de gênero no ambiente acadêmico.

É importante destacar que, embora o PAPU ofereça uma atenção especial às necessidades das mães universitárias, buscando mitigar os desafios enfrentados por mulheres que, além das exigências acadêmicas e profissionais, assumem grande parte das responsabilidades com os cuidados dos filhos, seu escopo não se limita a esse grupo. O programa visa apoiar todas as pessoas que exercem a parentalidade, independentemente de gênero, promovendo uma política de inclusão e igualdade. Por meio de iniciativas como espaços de amamentação, brinquedoteca, banheiro família, atividades lúdicas pedagógicas e rodas de conversa para pais e mães, dentre outros, o PAPU contribui para a construção de um ambiente universitário mais inclusivo e equitativo, além de reconhecer e valorizar a diversidade dos arranjos familiares e a importância do papel de qualquer responsável no desenvolvimento infantil.

Este capítulo analisa o Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU), enfatizando sua importância para promover a equidade de gênero e o bem-estar das estudantes universitárias que são mães, assim como outros estudantes. A discussão aqui apresentada está pautada em uma entrevista realizada via Google Meet com a Professora

Dr<sup>a</sup> Carliene Freitas da Silva Bernardes<sup>5</sup> com a Mestra Ana Rosa Carvalho de Oliveira<sup>6</sup>, utilizando um questionário direcionado, além de uma revisão e análise de documentos sobre a criação do PAPU. Ao longo deste capítulo, também serão descritas as mobilizações que têm permitido a implementação do programa, examinando as práticas e iniciativas aplicadas, assim como a sua estruturação. Ao abordar a interação entre as políticas de apoio à parentalidade e o contexto educacional, este capítulo contribui para uma reflexão sobre como as universidades podem se tornar ambientes mais inclusivos e acolhedores, promovendo não apenas a formação acadêmica, mas também o desenvolvimento integral de suas comunidades.

### **3.1 IMPORTÂNCIA DO DEBATE SOBRE PARENTALIDADE**

O cenário educacional contemporâneo exige a criação de políticas que não apenas promovam a inclusão, mas também levem em consideração as especificidades das responsabilidades parentais. Isso é especialmente relevante em um contexto onde o número de mães universitárias é significativo. Nesse sentido, o debate sobre a parentalidade se torna fundamental para o desenvolvimento de políticas que apoiem a permanência de estudantes e servidores, reconhecendo e atendendo às diversas necessidades das famílias em suas variadas configurações.

Discutir a parentalidade no ambiente universitário é essencial para garantir que pessoas com filhos tenham o suporte necessário para conciliar suas responsabilidades acadêmicas, profissionais e familiares. O Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) representa um passo importante nesse sentido, pois, ao implementar ações que

---

<sup>5</sup> É graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (2002), formação em Psicodrama pela Casa das Cenas de Uberlândia, Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia (2007) e Doutorado em Educação pela Universidade de Uberaba (2022). Atuou como professora de Psicologia na Universidade Federal do Norte do Tocantins, no Centro de Educação, Humanidades e Saúde de Tocantinópolis. Tem experiência na área da Psicologia Clínica, Psicologia Organizacional e do Trabalho e na área da Psicologia Educacional e Escolar. Desde 2010 exerce atividades de ensino, gestão e pesquisa no Ensino Superior, dedicando-me aos temas da aprendizagem e desenvolvimento humano; relações interpessoais e de grupo; relações de poder; trabalho, parentalidade, estudos feministas e de gênero. Coordena o Núcleo de Estudos de Gênero, Educação e Trabalho da UFNT e atualmente é supervisora do Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade.

<sup>6</sup> Mestra em Estudos de Território e Cultura. É especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Graduada em Química. Interesse de pesquisa nos Estudos Culturais, Estudos de Gênero e Feministas, Parentalidade e Educação. Atualmente é Coordenadora de Gênero e Diversidade (CoGeD), na Diretoria de Acessibilidade, Equidade e Políticas Afirmativas (DAEP) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Atuando em projetos de Parentalidade e diversidade com estudantes e a população LGBTQIAPN+. Atualmente apoia o Programa de Apoio à Parentalidade pela (DAEP).

acolhem as diferentes formas de cuidado e arranjos familiares presentes na instituição, promove não apenas suporte prático, mas também um espaço para que questões relacionadas à parentalidade sejam debatidas e reconhecidas.

De acordo com as professoras Carliene Bernardes e Ana Rosa Oliveira, em entrevista realizada em 24 de maio de 2024, como parte da primeira etapa prática desta pesquisa, as atividades de parentalidade incluem:

[...] As atividades de cuidado exercidas por homens e mulheres em diferentes configurações familiares (heteroparentais, homoparentais, monoparentais femininas ou masculinas, avós e netos, recasamentos, abrigos, indígenas, quilombolas, dentre outras), com o objetivo de garantir a sobrevivência e formação integral de crianças, sejam elas consanguíneas ou adotivas (BERNARDES; OLIVEIRA, entrevista realizada em 24 de maio de 2024).

Essa definição ressalta a diversidade de arranjos familiares e a importância do cuidado compartilhado na formação das crianças, independentemente da configuração ou relação biológica. Essa ampla perspectiva destaca, assim, a necessidade de políticas institucionais de apoio, como o Programa de Apoio à Parentalidade (PAPU), que promovam a conciliação entre as responsabilidades parentais e as exigências acadêmicas, especialmente voltadas para mães universitárias que enfrentam o desafio de equilibrar carreira, estudos e cuidado.

Além disso, o PAPU amplia seu apoio para além das mulheres, oferecendo suporte também a pais e outros arranjos familiares que fogem ao padrão heteronormativo, reconhecendo a pluralidade de configurações familiares. Dessa forma, visa proporcionar um ambiente acolhedor, que auxilia na conciliação dos múltiplos papéis desempenhados por estudantes e servidores, independentemente da composição familiar. Assim, todos podem continuar suas trajetórias acadêmicas e profissionais com o suporte necessário.

### **3.2 MOBILIZAÇÃO E CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO**

As professoras Carliene Bernardes e Ana Rosa Oliveira, ao relatarem o início do PAPU, enfatizaram que o movimento em prol do apoio universitário e da permanência estudantil de pessoas que exercem a parentalidade foi crucial para trazer visibilidade ao tema. Assim, a questão da parentalidade passou a ocupar uma posição central na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), reforçando a necessidade urgente de políticas de apoio que beneficiem servidoras e estudantes (alunos e alunas), especialmente frente às desigualdades nas responsabilidades de cuidado e trabalho.

A mobilização para a implementação dessas políticas teve início em agosto de 2022, quando servidoras e estudantes se uniram para propor iniciativas concretas de suporte à parentalidade. A primeira reunião, realizada em 12 de agosto de 2022, contou com a participação de professoras, servidoras administrativas e estudantes, inaugurando um esforço coletivo voltado à criação de estratégias de suporte parental no ensino superior.

Para ampliar a divulgação desse tema, foi promovido o I Ciclo de Debates sobre Políticas de Apoio à Parentalidade, um evento composto por quatro lives transmitidas durante o semestre 2022/2, pelo canal oficial da UFNT no YouTube. Esse ciclo de debates foi essencial para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância do acolhimento à parentalidade dentro da universidade, destacando que medidas de suporte não só são efetivas, mas também respondem a uma necessidade urgente. As gravações das lives continuam acessíveis no site <sup>7</sup>oficial da UFNT. Sob essa perspectiva, pode-se perceber que, embora o papel da mãe na sociedade seja amplamente valorizado e idealizado, conforme discute Tauil (2019), essa valorização muitas vezes não se traduz em suporte prático e institucional. Segundo o autor, a função de ser mãe é frequentemente vista como algo sublime e carregado de simbolismo, uma tarefa que eleva a mulher a uma posição “fabulosa” e singular, mas que, ao mesmo tempo, a insere em um ideal social rígido. Essa idealização, no entanto, muitas vezes oculta a sobrecarga das mulheres na parentalidade, um desafio especialmente presente na academia, onde estudantes e servidoras mães necessitam de um apoio efetivo para conciliar seus papéis. Tauil observa que:

[...] Ademais, em um paralelismo social de diversas classes e culturas, a única ocupação que é entendida de forma fabulosa, mesmo atualmente, é a de ser MÃE. Ser mãe é considerado algo belo e singular, independente dos fantasmas e abismos que existam nesta condição de vida. Ser mãe é tido como uma ascensão a um ser místico que não deve ser pronunciado em vão. Ser mãe é assumir a condição de ‘bela, recatada e do lar’. Ser mãe significa mudar a sua vida, seu pensamento e dar todo seu coração. Ser mãe é ser o ponto alto da mídia, do comércio e da manipulação mercadológica. No entanto, observa-se que a mulher na condição de mãe não possui preparo social adequado para assumir este papel. Muitas, ao assumir essa responsabilidade, perde o protagonismo dentro de sua própria vida (TAUIL, 2019, p. 1).

Ao trazer essa perspectiva para o ambiente universitário, o PAPU busca não apenas reconhecer as necessidades das mães acadêmicas, mas também romper com a idealização da

---

<sup>7</sup> <https://sites.uft.edu.br/plataformaevento/i-ciclo-de-debates-politicas-de-parentalidade>. Acesso em 07 de maio de 2023.

maternidade, promovendo políticas que favoreçam sua permanência. A mobilização em torno da parentalidade na universidade destacou a importância de iniciativas que atendam especialmente as mulheres servidoras e discentes, revelando como a divisão sexual do trabalho e as responsabilidades de cuidado impactam a trajetória acadêmica e profissional dessas mulheres (BERNARDES; OLIVEIRA, entrevista realizada em 24 de maio de 2024).

O Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) foi estabelecido como um programa de extensão permanente na plataforma GPU (Gestão de Projetos Universitários), sob a coordenação de Gênero e Diversidade da Diretoria de Acessibilidade, Equidade e Políticas Afirmativas (DAEP) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). As ações iniciadas em agosto de 2022 culminaram na criação de um Grupo de Trabalho (GT) pela DAEP, com o objetivo de elaborar e propor políticas inclusivas de apoio à parentalidade, visando garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento acadêmico e profissional de estudantes e servidores na Universidade.

Em 2023, o PAPU deu continuidade à sua implementação, ainda em fase de elaboração do regimento interno, que segue em desenvolvimento pelos responsáveis. Um dos primeiros marcos desse processo foi a criação do “Chá das Famílias”, inspirado no projeto “Chá das Mães”, idealizado pela professora Lisiane Costa Claro<sup>8</sup>, da área de Pedagogia. Essa iniciativa original já promovia atividades de acolhimento e reflexão sobre os desafios da maternidade universitária, oferecendo um espaço de troca e apoio entre as participantes. Com base nessa experiência, o “Chá das Famílias” foi concebido para ampliar o diálogo e incluir temas mais abrangentes sobre a parentalidade, contemplando pais, mães e responsáveis e promovendo discussões sobre a equidade de gênero.

Posteriormente, foi criado o Coletivo PAPU, resultado do movimento por políticas de apoio à parentalidade e composto majoritariamente por mães estudantes e servidoras, com a participação de alguns pais. O coletivo oferece suporte financeiro e emocional, além de rodas

---

<sup>8</sup> Professora da Universidade Federal do Pampa, no Campus de Jaguarão/RS. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pampa (PPGEdu/Unipampa). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde, no Campus de Palmas da Universidade Federal do Tocantins (PPGECS/UFT). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - PPGEA FURG, na linha de Fundamentos da Educação Ambiental. Mestrado em Educação (PPGEdu/FURG) na linha de Linguagens, Culturas e Utopias. Formação em Pedagogia e História (Licenciatura e Bacharelado). Pesquisadora e vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Artes (GEPHEA). Pesquisadora na área da Educação Popular; Educação Ambiental; Educação do Campo e História Oral. Experiência com formação docente, EJA e produções na Extensão Universitária. Desenvolve atividades extensionistas com base nos temas relacionados às tecnologias sociais como: educação nas comunidades de pesca, formação docente com base na Educação Popular, Acesso e permanência na Universidade Pública e Cultura Escolar.

de conversa e apoio prático. Também mantém conexões com redes nacionais que discutem a parentalidade.

Continuamente, também foi instituído o Laboratório de Estudos e Pesquisas (LabPAPU), com o objetivo de criar um espaço formal para o desenvolvimento de pesquisas sobre parentalidade, relações de gênero, infância e temas relacionados. O LabPAPU é composto por grupos de pesquisadoras que também exercem a maternidade e atuam em diversas áreas do conhecimento, promovendo estudos interdisciplinares que contribuem para uma compreensão aprofundada dos desafios e das potencialidades das políticas de apoio à parentalidade no ambiente acadêmico.

Conforme informações fornecidas pelas professoras Carliene Bernardes e Ana Rosa Oliveira, durante o semestre 2023/2, o Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) acolheu trinta famílias universitárias, incluindo representantes das etnias indígenas Apinayé e Xerente. Essas famílias puderam utilizar os espaços lúdicos supervisionados por monitores para que seus filhos e filhas fossem cuidados enquanto realizavam suas atividades acadêmicas.

Em 2024, o programa registrou o cadastro de 20 famílias, sendo 18 mães e 2 pais como responsáveis principais. O perfil dessas famílias inclui: 17 famílias heteroparentais (compostas por pai, mãe e filhos), 2 famílias monoparentais, das quais uma indígena e outra autodeclarada parda, e 1 família com uma mulher cuidadora como responsável.

Além disso, o PAPU Itinerante prestou apoio em cinco eventos científicos realizados nos Centros Universitários de Araguaína e Tocantinópolis. A equipe responsável por essas ações era composta por nove (09) estudantes bolsistas, três professoras supervisoras, coordenação geral e pesquisadores/extensionistas voluntários (CARVALHO; BERNARDES, 2024, p. 4).

Assim, o PAPU vem se consolidando como um programa essencial para a permanência e inclusão de famílias universitárias na UFNT, garantindo apoio a estudantes e servidores(as) que exercem a parentalidade. Através de iniciativas como o “Chá das Famílias”, o Coletivo PAPU, o LabPAPU e o PAPU Itinerante, o programa fortalece o debate sobre equidade de gênero e parentalidade, proporcionando espaços de acolhimento e pesquisa que valorizam a diversidade e ampliam o acesso ao ensino superior. Essas ações, além de promoverem suporte prático, evidenciam a relevância de políticas afirmativas voltadas à redução das desigualdades e ao fortalecimento da permanência acadêmica.

### **3.2.1 EQUIPE COMPONENTE**

As informações compartilhadas pela professora Carliene Freitas da Silva Bernardes e Ana Rosa Carvalho Oliveira em documentos internos do PAPU indicam que a equipe do PAPU/CEHS (Centro de Educação, Humanidade e Saúde) é composta por:

- 1) Coordenação local (Profa. Dra. Carliene Freitas da Silva Bernardes);
- 2) Coordenação de Gênero e Diversidade da DAEP (Ana Rosa Carvalho Oliveira);
- 3) Oito monitores remunerados, sendo quatro bolsistas do curso de Educação do Campo e quatro da DAEP, responsáveis pelo acolhimento das crianças;
- 4) Três monitoras voluntárias dedicadas à comunicação do PAPU nas mídias sociais e à articulação com estudantes que exercem a parentalidade;
- 5) Cinco professores extensionistas, além de coordenações e membros externos, que participam dos projetos da Brinquedoteca, Clube de Leitura, Chá das Mães Universitárias, além da oferta de formação continuada à equipe;
- 6) A incorporação de Coordenação Pedagógica, Assistência Social e profissionais da Psicologia ainda é uma necessidade.

Vale ressaltar que a composição da equipe pode sofrer alterações ao longo do tempo, e as informações apresentadas refletem a estrutura do programa até o presente momento. No PAPU/CEHS (Centro de Educação, Humanidades e Saúde), a equipe se reúne semanalmente para o planejamento das atividades, supervisão e organização dos espaços, além da elaboração de relatórios mensais pelos bolsistas remunerados. Atualmente, está em processo a constituição de coordenações para o PAPU CCI (Centro de Ciências Integradas) e CCA (Centro de Ciências Agrárias), que realizam reuniões semanais focadas na avaliação das atividades, organização e elaboração de regimentos, visando consolidar o programa como uma política institucional.

### **3.2.2 AÇÕES DO PAPU**

As ações promovidas pelo PAPU buscam facilitar a conciliação entre responsabilidades acadêmicas e parentais, uma vez que promove atividades para os filhos dos acadêmicos, rodas de conversa sobre direitos e conciliação, além de capacitação para monitores e a comunidade. Essas ações, descritas no edital divulgado pela DAEP da UFNT,

refletem uma proposta que vai além de oferecer serviços pontuais; na verdade, o programa busca estabelecer uma cultura institucional que reconheça e valorize as necessidades de estudantes e servidores com filhos.

### **3.3 AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO PAPU**

Em 2024, o Coletivo PAPU ampliou sua atuação ao representar as mães estudantes da região Norte em um grupo de trabalho criado pelo Ministério da Educação (MEC). O objetivo desse grupo é promover estudos técnicos sobre uma Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior. A presença do PAPU nesse contexto reforça sua relevância na luta por políticas que assegurem a permanência e o progresso acadêmico de mães no ensino superior, constituindo uma conquista significativa tanto para a UFNT quanto para a região Norte (UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS, 2024).

Para o futuro, o PAPU visa expandir e consolidar suas iniciativas, com planos que incluem a aprovação do programa como uma política interna de apoio à parentalidade nos Conselhos Superiores da UFNT. Segundo as professoras, a expansão também contempla implementar o PAPU nos Centros Universitários de Araguaína, estabelecer o LabPAPU, um laboratório interdisciplinar de pesquisa, extensão e ensino sobre políticas de apoio à parentalidade na Universidade, e oferecer formação continuada para o corpo docente da UFNT sobre parentalidade, incluindo estratégias de ensino-aprendizagem que garantam a permanência de mães e pais na Universidade (BERNARDES; OLIVEIRA, 2024). Essas ações visam ampliar o alcance do programa, fortalecendo o suporte às famílias universitárias e garantindo que a instituição continue a promover a inclusão no ambiente acadêmico.

Nesse sentido, as professoras enfatizam que a participação ativa da comunidade acadêmica e administrativa é essencial para o sucesso e crescimento do PAPU. No CEHS (Centro de Educação, Humanidades e Saúde), por exemplo, o apoio da direção de centro, que incorporou a parentalidade como parte de sua gestão, foi fundamental para viabilizar a implementação do programa. Além disso, a gestão superior da UFNT desempenha um papel crucial ao adotar a parentalidade como uma política de permanência estudantil, coordenada pela DAEP. Esse suporte institucional facilita a expansão do PAPU para outros centros universitários. A mobilização política dos estudantes que são mães e pais também se revela vital, pois fornece a base necessária para reivindicar políticas de apoio tanto na UFNT quanto em âmbito nacional (BERNARDES; OLIVEIRA, 2024).

### 3. 4 CONDIÇÕES E INFRAESTRUTURA DO PAPU

Ao criar condições para que pais e mães possam conciliar os papéis acadêmicos e parentais de forma mais equilibrada, o PAPU não apenas facilita a participação acadêmica, mas também promove o bem-estar das famílias. Com frentes de atuação orientadas para garantir acesso a espaços de apoio e oportunidades de capacitação, o programa demonstra seu compromisso com a inclusão e a equidade no ambiente universitário.

Nesse sentido, o programa estabelece múltiplas frentes de atuação:

1. **Oferecer espaços físicos** que acolham as famílias universitárias, como Banheiro Família, Copa e Espaço para Amamentação, além de Espaços de Acolhimento Infantil Lúdico-Pedagógicos, tanto internos quanto externos.
2. **Acolher e proporcionar atividades lúdico-pedagógicas** para as crianças que acompanham estudantes e servidores durante suas atividades acadêmicas.
3. **Promover rodas de conversa** para as famílias universitárias, abordando direitos e deveres, estratégias para conciliar a vida acadêmica com os cuidados parentais, e temas relacionados ao desenvolvimento infantil e à saúde do cuidador.
4. **Oferecer formação continuada para Monitores Brincantes** sobre o acompanhamento lúdico-pedagógico das crianças e suporte às famílias universitárias.
5. **Capacitar docentes e membros da comunidade acadêmica** sobre as Políticas de Apoio à Parentalidade.
6. **Criar e implementar unidades do PAPU** em cada Centro Universitário da UFNT, abrangendo todos os espaços físicos do programa.
7. **Viabilizar um programa de monitoria** para atender especificamente estudantes que exercem a parentalidade.
8. **Apoiar e investigar temas** relacionados à parentalidade na Educação Básica e Superior.
9. **Oferecer acolhimento para crianças** durante eventos científicos organizados pela Universidade, por meio do projeto PAPU Itinerante (BERNARDES; OLIVEIRA, entrevista realizada em 24 de maio de 2024).

### 3.5 ESTRUTURA E IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA

Atualmente, o Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) oferece uma infraestrutura básica que visa atender às necessidades de estudantes e servidores com filhos. De acordo com as informações fornecidas pelas professoras Carliene Bernardes e Ana Rosa Oliveira ao responderem ao questionário durante a entrevista, a estrutura do programa inclui:

- I - uma sala ampla, iluminada e ventilada para o acolhimento de crianças, com capacidade para até 20 crianças na faixa etária de 0 a 11 anos;
- II - banheiros familiares com cubas e chuveiros para banho infantil (0-3 anos), bancada para troca de fraldas, sanitários infantis e sanitário adulto para pessoas com deficiência (PCD);
- III - um espaço de amamentação que conta com pia, bancadas, cadeiras de alimentação infantil, cadeiras para amamentação, frigobar e micro-ondas;
- IV - espaços brincantes externos, no formato de parquinhos naturalizados. (BERNARDES; OLIVEIRA, entrevista realizada em 24 de maio de 2024).

Bernardes e Oliveira (2024) ressaltam que as crianças com idade inferior a 3 anos serão acolhidas pelos monitores brincantes, desde que estejam acompanhadas de um cuidador particular, enquanto as crianças acima de 3 anos podem permanecer sob a supervisão dos monitores do programa.

Além disso, a infraestrutura oferecida pelo PAPU, como espaços para amamentação e troca de fraldas, atende a uma necessidade essencial que muitas vezes é negligenciada em ambientes públicos e acadêmicos. Dessa forma, a criação dessas estruturas é crucial para apoiar a permanência das mães no ensino superior, aliviando a carga emocional e mental ao oferecer um espaço preparado para suas demandas.

### 3.6 POLÍTICAS DE APOIO E COMPROMISSO DA UFNT

Quanto a Políticas de Apoio a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) está discutindo políticas como licença maternidade, parentalidade e adotante estudantil, além de discutir outras questões, como o acesso ao Restaurante Universitário para crianças de 0 a 6 anos e o auxílio-creche de R\$ 400,00 reais para crianças que não frequentam creches. Essas iniciativas ampliam o suporte às mães e demonstram o compromisso da UFNT em criar um ambiente acolhedor, proporcionando às famílias universitárias a oportunidade de conciliar estudos e responsabilidades parentais.

### **3.7 PÚBLICO-ALVO E ABRANGÊNCIA**

Ao serem questionadas sobre a abrangência do Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) em termos de público-alvo e áreas de atuação, as professoras afirmaram:

[...] O público-alvo do PAPU são as famílias universitárias, incluindo servidores docentes, administrativos e terceirizados, além dos estudantes de graduação e pós-graduação. Como o grupo de mães estudantes é o mais vulnerável, o foco do Programa e do Coletivo PAPU é a luta pela permanência e progressão de estudantes mães na Educação Superior (BERNARDES; OLIVEIRA, entrevista realizada em 24 de maio de 2024).

Dessa forma, as declarações das professoras destacam a abrangência do Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU), que inclui diversas categorias de famílias universitárias, como servidores docentes, administrativos, terceirizados e estudantes de graduação e pós-graduação. Além disso, o foco nas mães estudantes, reconhecidas como o grupo mais vulnerável, revela uma compreensão das desigualdades enfrentadas por essas mulheres, que lidam com uma sobrecarga de responsabilidades. Para enfrentar essas desigualdades, o PAPU direciona esforços para garantir a permanência e o progresso acadêmico dessas estudantes, sublinhando a importância da equidade no ambiente universitário.

### **3.8 DESAFIOS E MOTIVAÇÃO PARA O APOIO À MATERNIDADE NO AMBIENTE ACADÊMICO**

A conciliação entre maternidade e carreira acadêmica é um desafio constante para muitas mulheres, conforme destaca a professora Carliene Bernardes. O Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) surgiu exatamente como uma resposta institucional às dificuldades que as mães universitárias enfrentam. Em uma entrevista, Carliene Bernardes compartilhou sua própria experiência ao equilibrar as exigências do doutorado e os cuidados com sua filha pequena, contando apenas com o auxílio de sua mãe e sogra. Ela relatou momentos de dificuldade, como quando precisava aquecer água ao sol para o banho de sua filha quando levava ela para o campus. Esse relato pessoal evidencia os desafios diários que marcam a vida das mães universitárias e reforça a importância do PAPU para tornar o ambiente acadêmico mais acolhedor e inclusivo.

A motivação de Carliene Bernardes em investir no PAPU alinha-se profundamente com minha própria experiência pessoal, a qual serve de base para o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso. Assim como ela, enfrentei desafios significativos ao conciliar a maternidade com a vida acadêmica, familiar e profissional. A criação do PAPU reflete uma resposta institucional a essas dificuldades, e este estudo busca analisar como iniciativas desse tipo são fundamentais para possibilitar a permanência e o êxito acadêmico de mulheres em situações similares.

A trajetória pessoal e profissional de Carliene foi fundamental para a criação das políticas de apoio à parentalidade na UFNT. Após concluir seu doutorado e retornar à universidade, ela reconheceu a urgência de implementar ações voltadas para a parentalidade e a equidade de gênero, inspiradas em suas próprias experiências como mãe e nos desafios que enfrentou durante sua formação acadêmica. Sua vivência não apenas ilustra os obstáculos que muitas mães acadêmicas encontram, mas também molda as diretrizes do Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU), que visa oferecer suporte prático e emocional, ajudando essas mulheres a equilibrar suas múltiplas responsabilidades.

Ao estabelecer um programa que considera as necessidades específicas de mães estudantes, o PAPU contribui para a promoção de um ambiente acadêmico que não apenas reconhece, mas também valoriza a dualidade entre maternidade e carreira. Isso reafirma a importância de políticas inclusivas e de suporte nas instituições de ensino superior, fortalecendo o compromisso da universidade com a equidade e a permanência de estudantes mães.

### **3.9 LUTA PELA PERMANÊNCIA DAS MÃES**

A luta pela permanência das mães no ensino superior é essencial, pois vai além de garantir o acesso à educação, promovendo a transformação social não apenas das famílias, mas também da comunidade e da sociedade em geral. Quando as mães têm a oportunidade de continuar seus estudos, elas se tornam agentes de mudança em suas próprias vidas e nas vidas de seus filhos, desafiando estigmas e barreiras que muitas vezes limitam o potencial feminino.

Primeiramente, a permanência das mães no ensino superior contribui para a formação de uma geração mais educada. Filhos de mães que buscam e concluem a educação superior têm maior probabilidade de valorizar a educação e de aspirar a objetivos acadêmicos mais elevados. Essa mudança de paradigma pode resultar em uma elevação do nível educacional

dentro da família, promovendo um ciclo de aprendizado e conquistas que se perpetua ao longo das gerações.

Além disso, a presença de mães no ambiente acadêmico enriquece a diversidade de perspectivas e experiências nas instituições de ensino. Isso não apenas enriquece o debate acadêmico, mas também cria um ambiente mais inclusivo e representativo, onde diferentes vozes e histórias são ouvidas e valorizadas. Essa diversidade pode inspirar mudanças nas culturas e nas metodologias de ensino, tornando-as mais sensíveis e responsivas às necessidades de todos os estudantes.

Do ponto de vista institucional, o comprometimento da UFNT em apoiar a inclusão efetiva das mães universitárias é uma conquista resultante de muitas lutas internas e pressões de diferentes agentes e setores, o que reflete uma visão progressista sobre a educação. Ao investir em políticas que reconhecem e atendem às necessidades específicas das mães, a universidade não apenas garante o acesso à educação, mas também fortalece sua missão social de formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade, embora esse processo tenha sido atravessado por interesses e relações de poder desiguais. Isso se traduz em um impacto positivo que se estende para além do campus, estimulando uma cultura de igualdade e empoderamento que pode reverberar em toda a comunidade, mas não sem o reconhecimento de que essas mudanças são frequentemente fruto de reivindicações e tensões internas.

A motivação das mães, contudo, não reside apenas na realização pessoal, mas também no desejo de oferecer uma vida melhor para seus filhos. Como afirmam Langa da Silva e Novais (2023, p. 13), “a vontade de servir de exemplo e oferecer um futuro melhor para os filhos faz com que essas mulheres enfrentam diversos obstáculos todos os dias antes de sair de casa e ainda precisem lidar com as tensões que sofrem em momentos externos.” Dessa forma, as mães estudantes não apenas se dedicam ao próprio desenvolvimento, mas também resistem aos desafios diários com o objetivo de garantir um futuro mais promissor para as próximas gerações.

Ademais, conforme discutido por Vianna et al. (2016, p. 27-30), a relação entre gênero e educação é fundamental na análise das políticas educacionais brasileiras. O Informe destaca que a educação deve ser vista como um direito humano que assegura a equidade de gênero, considerando não apenas o acesso e desempenho escolar, mas também as desigualdades persistentes enfrentadas por mulheres em diversos contextos sociais. A promoção da equidade de gênero nas políticas educacionais deve contemplar não apenas o acesso à educação, mas

também o enfrentamento de discriminações sexistas, racistas e de outras formas de violência, garantindo que todas as pessoas, independentemente de gênero, classe ou etnia, tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

Além disso, conforme destacam Langa da Silva e Novais (2023, p. 7), “muitas mulheres têm estas atribuições e algumas realmente querem ter essas atribuições, mas também querem continuar estudando ou trabalhando. E para que isto seja possível, terão que ter apoio, dividir as tarefas e cuidados com o bebê e receber apoio de outras.” Portanto, ao apoiar a permanência das mães no ensino superior, a sociedade avança em direção a uma maior equidade de gênero. A inclusão das mulheres na educação e no mercado de trabalho não só melhora a qualidade de vida das famílias, mas também contribui para o crescimento econômico e para a redução das desigualdades sociais. Assim, a luta pela permanência das mães no ensino superior é uma questão de justiça social que pode transformar vidas, comunidades e sociedades inteiras.

### **3.10 EVASÃO ESCOLAR E NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL PARA MÃES UNIVERSITÁRIAS**

O ambiente universitário tem historicamente apresentado desafios para a permanência de mulheres, especialmente aquelas que assumem múltiplos papéis, como mães, esposas, donas de casa e profissionais. Com a crescente participação feminina no ensino superior, torna-se cada vez mais necessário repensar as estruturas acadêmicas para atender às demandas específicas das mulheres que também são mães. Estudos destacam que a falta de políticas institucionais de apoio à parentalidade pode contribuir para a evasão escolar, afetando desproporcionalmente as mulheres. Como mencionado por Aguiar et al. (2019), ainda que o modelo de maternidade seja adaptado para diminuir os conflitos entre vida profissional e familiar, ele não elimina todas as barreiras enfrentadas por essas mulheres no percurso acadêmico.

[...] No atual contexto em que a universidade foi configurada, naquilo que se refere ao recebimento de mulheres nas condições de mães, esposas, donas de casa e trabalhadoras, é imprescindível pensar sobre os desafios que essas novas mulheres vêm enfrentando para ingressar, permanecer e atuar no espaço acadêmico, considerando os muitos encargos que vêm assumindo (AGUIAR et al., 2019, apud SOUZA et al., 2023).

Em vista disso, as professoras destacaram que a evasão escolar no ensino superior é um problema complexo, influenciado por desafios acadêmicos, sociais e familiares. Nesse

contexto, programas de apoio à parentalidade, como o PAPU, são fundamentais para promover a inclusão e a permanência de estudantes e servidores com filhos. Foi ressaltado que o apoio institucional é crucial para garantir que essas pessoas, especialmente as mães, consigam conciliar estudos, trabalho e responsabilidades de cuidado com outras esferas da vida.

Além disso, foi apontado que a ausência de políticas de apoio à parentalidade agrava a evasão escolar, principalmente entre mulheres. Essa falta de suporte institucional contínuo aumenta a necessidade de políticas que promovam a equidade de gênero no ambiente universitário. A ausência de reconhecimento das demandas adicionais enfrentadas pelas mulheres dificulta seu progresso na vida acadêmica, levando muitas a abandonarem os estudos ou a optarem por carga horária reduzida para lidar com suas obrigações. Esses fatores contribuem para a sub-representação feminina em posições de prestígio e liderança acadêmica, evidenciando a urgência de políticas como o PAPU para combater as desigualdades estruturais.

Nesse sentido, Scavone evidencia as tensões entre maternidade e carreira ao afirmar que:

[...] Se o modelo da maternidade pudesse diminuir a ambiguidade entre vida profissional e vida familiar, ele não a esgota. A realização da maternidade ainda é um dilema para as mulheres que querem seguir uma carreira profissional, já que, nas responsabilidades parentais, ainda são elas as mais sobrecarregadas (2001. P. 145).

A análise de Scavone reforça o desafio enfrentado por mulheres que buscam equilibrar suas carreiras acadêmicas com as responsabilidades parentais, ilustrando que o peso da parentalidade ainda recai desproporcionalmente sobre elas, mesmo em modelos de conciliação. A professora Carliene Bernardes ressaltou que, ao longo de sua trajetória acadêmica, sempre se dedicou ao estudo das questões de desigualdade de gênero, enfatizando a importância de políticas institucionais que garantam a permanência de estudantes, especialmente aqueles pertencentes a grupos minoritários, no ensino superior. Essa necessidade se torna ainda mais evidente ao observar as dificuldades enfrentadas por mães universitárias, que lidam com múltiplas responsabilidades ao conciliar a vida acadêmica, familiar e profissional.

Essas mães enfrentam barreiras significativas, que vão desde a ausência de uma rede de suporte social até olhares críticos ao levar os filhos à universidade. Academicamente, a sobrecarga de responsabilidades pode comprometer seu desempenho, dificultando a

participação em atividades extracurriculares e o cumprimento de prazos. Além disso, os desafios financeiros, como custos de transporte e falta de oportunidades de trabalho, tornam ainda mais difícil sua permanência na universidade. Essa realidade reforça a urgência de políticas institucionais inclusivas e de apoio, como as que Carliene Bernardes defende, para garantir que estudantes em situação de vulnerabilidade possam ter igualdade de oportunidades no ambiente acadêmico.

Além disso, estudantes que são mães, especialmente aquelas em relacionamentos conjugais, enfrentam desafios intensos ao conciliar as responsabilidades acadêmicas com as demandas familiares e conjugais. Esse equilíbrio é dificultado pelo fato de que, muitas vezes, seus parceiros trabalham em horários integrais, limitando o apoio na criação dos filhos. Quando o curso é noturno, essas dificuldades se ampliam, pois as mães precisam deixar seus filhos, frequentemente ainda em fase de amamentação ou na primeira infância, sem um suporte adequado ou rede de apoio familiar. Nessas situações, mesmo que o parceiro ou outro familiar se encarregue do cuidado, a assistência pode ser limitada: ao fim de um dia de trabalho, o cuidador muitas vezes enfrenta cansaço e falta de disposição para proporcionar o nível de atenção e interação que a criança necessita, especialmente no que se refere ao ritual de sono, o qual geralmente é associado à figura materna, impactando o bem-estar infantil.

Além do desafio logístico, essas mães vivenciam ainda um dilema emocional: muitas sentem-se divididas e culpadas ao terem de se ausentar de casa, deixando os filhos pequenos para atender às demandas acadêmicas. Esse sentimento é intensificado pela falta de apoio emocional por parte do parceiro, sendo que o horário das aulas frequentemente coincide com o único momento em que todos estariam reunidos, possibilitando o convívio familiar. Assim, a ausência dessas mães no lar compromete não apenas o cuidado com os filhos, mas também o relacionamento com o parceiro e o tempo de qualidade em família, acentuando um conflito interno entre o desenvolvimento acadêmico e as responsabilidades familiares. Esse contexto evidencia a carência de políticas que compreendam e atendam as necessidades específicas das estudantes mães, de forma a equilibrar sua participação acadêmica com o convívio e bem-estar familiar.

Nos cursos diurnos, por outro lado, a situação também é desafiadora, pois muitas mães estudantes não têm acesso a creches ou outros serviços de cuidado durante o período das aulas, limitando sua presença e engajamento acadêmico. Para mães solo, essas dificuldades são exacerbadas, visto que geralmente não dispõem de suporte familiar ou conjugal,

enfrentando dificuldades significativas para equilibrar estudos, trabalho e cuidados com os filhos. Ademais, a falta de oportunidades de emprego compatíveis com a maternidade e a necessidade de cuidar de crianças pequenas agrava a situação financeira dessas mulheres, dificultando, por exemplo, a cobertura de despesas de transporte para a universidade e outros custos. Esse contexto revela uma sobrecarga estrutural que restringe a permanência e a progressão acadêmica de estudantes mães, destacando a importância de políticas institucionais de apoio e acesso à educação que facilitem a inclusão e o sucesso dessas mulheres no ensino superior.

Além disso, as mães frequentemente vivem uma dualidade em suas rotinas, marcada por restrições, como a falta de descanso, por exemplo. Quando os filhos dormem, ao invés de descansarem, muitas se sentem compelidas a realizar tarefas domésticas ou a avançar nos estudos, a fim de evitar que as demandas se acumulem. Mesmo quando contam com algum tipo de apoio, essa obrigação internalizada de gerenciar todas essas responsabilidades resulta em exaustão física e mental, comprometendo não apenas sua saúde, mas também seu rendimento e aprendizagem. Essa pressão é exacerbada por expectativas sociais que historicamente direcionam as mulheres a priorizarem o papel de mães e cuidadoras. Gonçalves et al. (2024) afirmam que, ao longo do tempo, as políticas sociais e seus agentes tendem a conduzir os indivíduos a um propósito final, que inclui a expectativa de que as mulheres estejam essencialmente ligadas à maternidade e ao cuidado do lar. Segundo esses autores:

[...] De certa forma, se considerarmos que o tempo, os atores e as políticas sociais construídas buscam levar, seja de forma imposta ou não, o indivíduo a um fim último, também podemos apontar que em todos os tempos na sociedade o propósito da mulher era a maternidade e o cuidado com o lar (Idem, p. 4).

Isso ressalta como as expectativas sociais em relação às mulheres ainda estão profundamente enraizadas em papéis tradicionais, mesmo diante das transformações no mercado de trabalho e no acesso à educação. Essas expectativas persistem, impondo às mulheres a responsabilidade primária pelo cuidado familiar e doméstico, o que afeta diretamente sua capacidade de se dedicar plenamente a outras esferas, como os estudos e a carreira. Essa construção social reforça a sobrecarga enfrentada pelas mães universitárias, dificultando a conciliação entre suas múltiplas funções e impactando seu desempenho acadêmico e bem-estar.

Minha experiência como mãe e estudante ilustra os múltiplos desafios enfrentados na tentativa de conciliar responsabilidades acadêmicas e maternas. Em Tocantinópolis, a falta de opções de transporte adequado para crianças e os elevados custos dos táxis tornaram difícil minha frequência às aulas, por exemplo. Mesmo nos períodos em que me esforçava para comparecer, frequentemente me sentia exausta devido às noites mal dormidas e à necessidade de continuar com as tarefas acadêmicas, domésticas e profissionais. Conseqüentemente, a fadiga constante comprometia minha concentração e participação nas aulas, prejudicando o aproveitamento dos conteúdos.

Quando levava minha filha pequena à universidade, o impacto era significativo. Afinal, a mudança na rotina a deixava agitada, já que dormia tarde e tinha dificuldades para descansar, resultando em cansaço e irritação. Além disso, o trajeto até o campus era longo e exaustivo, exigindo o uso de vários meios de transporte, como moto, barco e ônibus. Embora o PAPU oferecesse apoio para mães e crianças, minha filha não conseguia utilizar a brinquedoteca sozinha, pois tinha menos de três anos e ainda precisava da minha presença constante. Dessa forma, isso aumentava a sobrecarga, pois eu me via constantemente dividida entre assistir às aulas e ficar com ela no espaço do PAPU. Muitas vezes, tinha que alternar entre permanecer com ela na brinquedoteca ou trazê-la de volta para a sala de aula, o que tornava ainda mais difícil o meu desempenho.

Essa situação, portanto, reflete as dificuldades comuns a muitas mães, que, sem alternativas, precisam escolher entre continuar os estudos ou cuidar dos filhos. Além disso, a ausência de apoio institucional e familiar agrava essa realidade, contribuindo para a evasão universitária entre mães estudantes, conforme destacado por Gonçalves et al. (2024). Os autores ressaltam:

[...] A ausência de espaços educativos que possam proporcionar às crianças, filhas das mães-discentes, têm permeado a evasão universitária, enfatizando, assim, as dificuldades de acesso ao ensino superior. Sem a garantia de segurança, acompanhamento da criança e apoio familiar, a maioria das estudantes prefere desistir da formação a arriscar a quebra desse vínculo (Idem, p. 4).

As considerações de Gonçalves et al. (2024) destacam uma realidade enfrentada por muitas mães universitárias, que frequentemente precisam decidir entre a continuidade dos estudos e os cuidados com os filhos. Além disso, a falta de infraestrutura adequada para acolher as crianças no ambiente acadêmico, somada à ausência de suporte familiar e

institucional, cria barreiras significativas para a permanência dessas mães na universidade. Nesse contexto, a insegurança em deixar os filhos sem o acompanhamento necessário e a falta de espaços educativos apropriados levam muitos a interromperem suas trajetórias acadêmicas, priorizando o bem-estar dos filhos em detrimento de sua própria formação.

Ademais, o ciclo de desistência revela mais do que apenas as barreiras estruturais enfrentadas pelas mães; ele também demonstra o impacto direto dessas barreiras no acesso contínuo e na permanência no ensino superior. Portanto, garantir o direito à educação não se limita apenas a facilitar a entrada nas instituições, mas inclui oferecer condições para que os estudantes possam permanecer e concluir seus estudos. Conforme apontado por Gonçalves et al. (2024), a falta de suporte adequado compromete essa permanência, evidenciando a necessidade de políticas que assegurem o apoio necessário para que mães e outros estudantes em situações semelhantes possam superar esses desafios e alcançar a formação desejada.

Outro fator que contribui para o aumento da evasão universitária entre mães discentes é a dificuldade de participação em atividades extracurriculares, como grupos de estudo, eventos acadêmicos e pesquisas. Essas atividades, que são cruciais para a formação acadêmica e o desenvolvimento de habilidades, tornam-se frequentemente inacessíveis devido à sobrecarga de responsabilidades domésticas e à carência de apoio para o cuidado dos filhos. Além disso, muitas dessas mães desempenham atividades profissionais para complementar a renda familiar, o que limita ainda mais sua disponibilidade para engajar-se nessas atividades extracurriculares, intensificando o desafio de conciliar trabalho, estudo e maternidade.

Essas limitações decorrem, em grande medida, das barreiras institucionais e sociais que dificultam a conciliação entre maternidade e ensino superior. A falta de políticas adequadas para apoiar estudantes mães é agravada pela resistência, por parte de alguns professores, em aceitar justificativas de ausência devido a consultas infantis ou emergências familiares, revelando a necessidade urgente de uma postura mais humanizada por parte dos docentes e da instituição. Sem esse acolhimento, as estudantes enfrentam um ambiente acadêmico rígido, que desconsidera a realidade de mães que conciliam suas obrigações familiares com as exigências acadêmicas.

Para atender de maneira mais eficaz às necessidades das mães universitárias, são essenciais medidas como a flexibilização dos prazos para entrega de trabalhos e a ampliação da oferta de disciplinas optativas online. Tais ações não devem ser vistas como privilégios, mas como adaptações necessárias para garantir equidade e inclusão. Afinal, a limitação

acadêmica e a exclusão enfrentadas por essas mães afetam diretamente seu potencial de aprendizado e desenvolvimento profissional, demandando que a instituição e o corpo docente reconheçam e respeitem as diferentes realidades dos estudantes, promovendo um ambiente verdadeiramente inclusivo e acolhedor.

No contexto do Programa de Apoio à Parentalidade Universitária (PAPU), as professoras Carliene Bernardes e Ana Rosa Oliveira (2024) destacam que um dos principais desafios enfrentados é a transformação da cultura patriarcal e da divisão sexual do trabalho. Essas estruturas sociais colocam sobre as mulheres a responsabilidade desproporcional pelo cuidado, levando a uma sobrecarga que, em última análise, desvaloriza a experiência da maternidade na trajetória acadêmica. Apesar de existirem discursos que ressaltam a importância social da maternidade, a realidade imposta frequentemente gera exaustão nas mulheres, que precisam equilibrar a dupla jornada de trabalho.

Leite e Alves (2022) reforçam essa análise ao afirmarem:

[...] Historicamente construiu-se um ideário de que as mulheres deveriam ficar responsáveis por tarefas domésticas e por exercer a maternidade, enquanto os homens deveriam se dedicar à guerra e ao trabalho braçal. Tais características, alicerçadas no machismo e na misoginia, reproduzem na sociedade contemporânea a ideia de que as mulheres devem se restringir aos cuidados do lar enquanto os homens são livres para escolher como querem trabalhar, desta forma influenciando diretamente no acesso a serviços de educação e postos de trabalhos. Arelado a isso ainda há diversas demandas que são constantes e se referem aos múltiplos papéis que a mulher desempenha na sociedade, que dificultam a sua trajetória acadêmica, devido ao acúmulo de funções (Leite; Alves, 2022, p. 2-3).

A argumentação de Leite e Alves ilustra como a construção social das expectativas de gênero tem profundas implicações na trajetória acadêmica das mulheres. Ao associar a feminilidade ao cuidado doméstico e à maternidade, a sociedade perpetua uma visão que limita as possibilidades de atuação das mulheres. A liberdade concedida aos homens em suas escolhas profissionais contrasta com a sobrecarga enfrentada pelas mulheres, que não apenas acumulam as responsabilidades do lar, mas também lutam contra as demandas impostas por seus papéis sociais. Essa dinâmica não só restringe o acesso das mulheres a oportunidades educacionais e de trabalho, mas também compromete seu bem-estar emocional e físico.

Nesse sentido, Saffioti (1987) elucida que:

[...] A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com

bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p. 8).

Com essa análise, Saffioti aprofunda a compreensão sobre como as identidades de gênero e as expectativas sociais são rigidamente construídas para limitar o espaço de atuação das mulheres. Essa delimitação estrutural reflete-se em uma hierarquia de papéis que associa o feminino a atividades de cuidado e responsabilidade doméstica, configurando uma base sólida para a divisão sexual do trabalho que ainda persiste. No ambiente acadêmico, essa construção social manifesta-se na dificuldade que as mulheres enfrentam em conciliar suas responsabilidades de cuidado com as demandas de estudo e desenvolvimento profissional, especialmente para aquelas que também são mães. A reflexão de Saffioti revela, portanto, uma estrutura que reproduz desigualdades e barreiras, restringindo a trajetória acadêmica e profissional feminina ao passo que concede aos homens maior flexibilidade em sua atuação pública.

A perspectiva de Silvia Federici (2019) complementa essa discussão ao afirmar que a reprodução de seres humanos é fundamental para o funcionamento de qualquer sistema político e econômico. O trabalho doméstico, tanto remunerado quanto não remunerado, realizado majoritariamente por mulheres, sustenta essa reprodução. No entanto, esse trabalho essencial é frequentemente desvalorizado e explorado, criando barreiras significativas para que as mães consigam não apenas ingressar, mas também permanecer e progredir em suas jornadas acadêmicas e profissionais.

As professoras na entrevista (2024) também mencionaram a necessidade de implementar políticas que garantam a permanência de estudantes, mães e famílias diversas no ambiente acadêmico, incluindo mães indígenas, mães solo e mães atípicas. Para isso, é fundamental promover medidas como a oferta de moradia familiar para grupos vulneráveis, além da possibilidade de que pais e mães façam refeições com seus filhos no restaurante universitário, bem como o reconhecimento das horas dedicadas ao cuidado infantil para abono de faltas. Além disso, elas enfatizaram a importância de problematizar a maternagem, abordando-a criticamente, uma vez que a visão romantizada e sua associação intrínseca ao feminino dificultam a participação das mulheres mães em movimentos que lutam por políticas públicas voltadas para suas necessidades.

Nesse sentido, Leite e Alves (2022) destacam que:

[...] a conclusão de um curso superior precisam ser garantias efetivas para as mulheres, pois é desta forma que podemos construir uma sociedade em que as mulheres possam ocupar melhores postos de trabalho, terem valorização salarial e sua independência plena. (Idem. p. 13).

Essa afirmação sublinha a importância de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos cursos superiores por parte das mulheres, que, em sua maioria, ainda enfrentam obstáculos significativos no ambiente acadêmico.

Dessa forma, políticas que garantem suporte institucional e estrutural adequado a mães e outros estudantes em situação de vulnerabilidade, como o PAPU, têm impactos positivos diretos na permanência acadêmica. Estudos demonstram que, quando os alunos alcançam bons resultados, sentem-se mais motivados a continuar seus estudos (Silva; Sampaio, 2022, p. 612). Portanto, a implementação do programa no Campus de Tocantinópolis não apenas fornece a infraestrutura necessária, mas também contribui para o sucesso acadêmico dessas mães e outros alunos, reduzindo os índices de evasão e promovendo a equidade de oportunidades. Essa correlação entre suporte institucional e desempenho acadêmico evidencia que, ao atender às necessidades específicas dessas estudantes, a universidade se torna um espaço mais inclusivo e propício para o desenvolvimento pessoal e profissional das mulheres, alinhando-se assim à proposta de Leite e Alves sobre a importância da formação superior para a emancipação das mulheres na sociedade.

### **3.11 PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA**

Com base nas reflexões apresentadas, evidencia-se que o Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) tem experimentado um crescimento significativo desde sua criação, tanto em termos de participantes quanto em atividades oferecidas. Em 2023, o programa começou a estruturação de seus espaços físicos, embora a implementação completa ainda não tenha sido realizada em outros campi. A limitação na expansão do PAPU para outras unidades representa um desafio que pode comprometer seu alcance e impacto. Essa falta de uniformidade na implementação expõe a necessidade de ações mais abrangentes para que a iniciativa atinja todas as estudantes que necessitam desse suporte.

Atualmente, o PAPU conta com a colaboração de uma pedagoga responsável pela organização das atividades educativas e coordenação dos espaços, o que ressalta a importância de um suporte contínuo e estruturado. Apesar de seus avanços, a participação de

mais profissionais especializados seria fundamental para garantir a qualidade e a expansão das atividades oferecidas.

A crescente adesão ao programa indica uma demanda significativa por iniciativas que apoiem a parentalidade no ambiente acadêmico, contribuindo para a promoção de um espaço mais equitativo e inclusivo. Como afirmaram as professoras entrevistadas, a criação de políticas de apoio à parentalidade é inovadora, uma vez que promove a equidade de gênero e a permanência das estudantes mães em comparação com outros grupos, como os servidores efetivos e os pais universitários (BERNARDES; OLIVEIRA, entrevista realizada em 24 de maio de 2024).

No entanto, a implementação dessas políticas ainda encontra resistência em algumas esferas institucionais, e a falta de um esforço estruturado para consolidá-las ameaça sua efetividade. A vulnerabilidade das estudantes mães em relação a outros grupos evidencia que as barreiras enfrentadas por essas mulheres são mais complexas e desafiadoras. O PAPU oferece um espaço onde essas mulheres podem desenvolver suas ambições acadêmicas sem serem forçadas a escolher entre a maternidade e a educação, promovendo um ambiente inclusivo que incentiva sua participação ativa em suas trajetórias profissionais e educacionais.

Entretanto, para que a criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo ocorra, é necessária uma mudança cultural na universidade que acolha as necessidades das estudantes mães e respeite a diversidade de experiências. Apesar da ausência de dados quantitativos que comprovem cientificamente os benefícios do PAPU, relatos de experiências positivas durante eventos como o *Chá das Famílias* e os acolhimentos no CEHS apontam para efeitos benéficos, como a redução das taxas de desistência. É fundamental realizar pesquisas mais rigorosas e abrangentes que possam orientar políticas futuras, especialmente considerando os testemunhos de gratidão pela infraestrutura oferecida no CEHS e pelas oportunidades de engajamento em atividades de pesquisa e extensão proporcionadas pelo programa (BERNARDES; OLIVEIRA, 2024).

Dessa forma, a análise das dificuldades enfrentadas por mães acadêmicas sublinha a urgência de políticas que promovam a conciliação entre as responsabilidades parentais e as demandas acadêmicas. O PAPU desempenha um papel fundamental na criação de um ambiente universitário mais inclusivo e equitativo ao fornecer infraestrutura adequada e serviços de apoio, reconhecendo as dificuldades enfrentadas por mães e pais estudantes.

As experiências pessoais de professores, como a de Carliene e a minha, ressaltam a importância desse suporte institucional, que pode ser decisivo em momentos críticos da jornada acadêmica. Contudo, esses relatos são apenas uma amostra da realidade de muitas estudantes mães que, sem acesso a programas como o PAPU, enfrentam barreiras quase intransponíveis para continuar seus estudos. Isso indica a necessidade de replicar e adaptar o PAPU em outras instituições, ampliando o alcance do suporte à parentalidade no contexto acadêmico brasileiro.

Em suma, o fortalecimento do PAPU beneficia não apenas as mães e suas famílias, mas também enriquece a comunidade acadêmica como um todo, promovendo uma cultura de inclusão e respeito à diversidade de experiências e papéis. Para garantir a sustentabilidade e o crescimento do programa, é imprescindível que a universidade continue aprimorando e expandindo tais políticas, incentivando um compromisso mais sólido de gestores e financiadores. Enquanto o PAPU representa um avanço significativo, é essencial criar um ambiente que acolha e valorize todas as vozes, assegurando que cada estudante tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico e profissional. Futuros estudos poderão explorar a eficácia dessas iniciativas e identificar novas estratégias para promover a equidade no ambiente acadêmico, bem como investigar como o PAPU pode servir de modelo para outras universidades no Brasil, ampliando o acesso à educação para um grupo historicamente negligenciado.

#### **4. MATERNIDADE, VIDA ACADÊMICA E O PAPU: ANÁLISES DAS PERCEPÇÕES DAS MÃES ASSISTIDAS PELO PAPU**

A conciliação entre maternidade e vida acadêmica representa um desafio significativo para muitas mães universitárias. A realidade dessas mulheres, que muitas vezes precisam conciliar estudos com trabalho e outras responsabilidades, além de enfrentarem dificuldades para encontrar com quem deixar os filhos, cria barreiras que dificultam a permanência e o desempenho dessas estudantes na universidade.

Neste cenário, o Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU), surge como uma resposta a essa realidade, buscando minimizar os obstáculos enfrentados por essas mães e promover um ambiente inclusivo. Embora o PAPU ainda não esteja completamente institucionalizado, os espaços de acolhimento que já foram implementados, refletem o compromisso da universidade em atender às necessidades das estudantes mães.

O PAPU exemplifica o empenho do corpo universitário em reconhecer a maternidade como parte integrante da vida acadêmica e social dessas mulheres, proporcionando suporte para que possam continuar seus estudos sem que as responsabilidades da maternidade se tornem um impeditivo. Além disso, o esforço contínuo da universidade em tornar o ambiente universitário cada vez mais inclusivo reforça a importância de considerar as diversas realidades dos estudantes, promovendo o acesso e a permanência de mães na universidade.

Este capítulo analisa o impacto do PAPU na vida acadêmica e pessoal das participantes, com base nos dados coletados através de um formulário de pesquisa enviado a 110 pessoas, das quais 12 responderam, limitando a abrangência dos resultados. A escolha dessa abordagem considerou o fato de que as mães universitárias estão frequentemente ocupadas, sendo essa a maneira mais viável de obter algum retorno. A limitação no número de respondentes evidencia a realidade da sobrecarga enfrentada por essas mães, que precisam equilibrar o tempo entre estudos, responsabilidades familiares e, muitas vezes, trabalho, o que restringe sua disponibilidade para responder a pesquisas.

Essa abordagem dialoga com a análise de Tatiana Youssef Tauil (2019), que explora as profundas dificuldades enfrentadas pelas mulheres na tentativa de equilibrar os papéis de mãe e estudante. Segundo Tauil, a sobrecarga vivida por essas mulheres frequentemente compromete seu bem-estar físico e emocional, gerando sentimentos de exaustão e culpa.

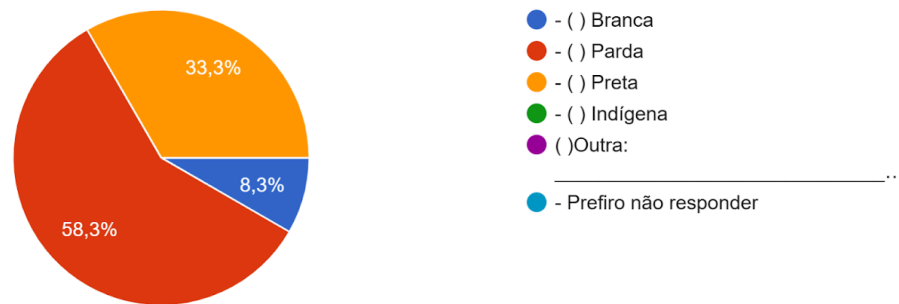
[...] A mulher, ao se tornar mãe durante sua graduação, se depara com uma abrupta mudança em sua vida. A mudança em seu cotidiano, aliada ao processo de adaptação física e psicológica, oriundo do período gestacional. Tais fatos tornam a mulher necessitada de amparos, para que os impactos negativos de todo este processo sejam minimizados." (TAUIL, 2019, p. 1).

Tauil reforça que as barreiras estruturais na vida acadêmica exacerbam a pressão psicológica sobre as mães, tornando essencial a presença de políticas como o PAPU, que oferece suporte efetivo e minimiza o impacto negativo sobre sua saúde física e mental. Em conjunto com a análise do impacto do PAPU, percebe-se que o suporte institucional adequado no ambiente universitário é, portanto, um direito e uma necessidade fundamental, com potencial de transformar a trajetória acadêmica e de vida das mães-estudantes, promovendo sua inclusão e bem-estar integral.

#### **4.1 PERFIL DAS PARTICIPANTES**

O perfil das participantes da pesquisa revela uma realidade complexa e multifacetada que reflete a interseção entre gênero, classe e raça na sociedade brasileira contemporânea. Esse cenário reforça a importância de políticas interseccionais que considerem as especificidades dessas mulheres, não apenas como mães, mas como integrantes de grupos raciais historicamente marginalizados. O fato de que a maioria das respondentes se autodeclara parda (58,3%) e preta (33,3%) destaca a importância de considerar questões raciais na análise das experiências acadêmicas e sociais dessas mulheres. Essa composição racial sugere que as participantes podem enfrentar não apenas as dificuldades típicas de ser mãe e estudante, mas também preconceitos e desigualdades estruturais que podem afetar suas trajetórias acadêmicas e profissionais.

Gráfico 1:



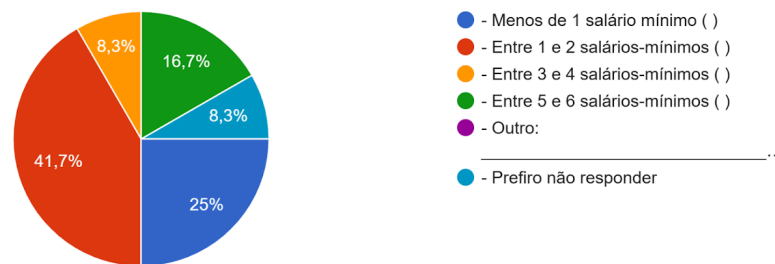
#### 4.2 IDADE E DIVERSIDADE DE OCUPAÇÕES

A faixa etária das participantes está entre 23 e 45 anos mostra uma diversidade que sugere experiências variadas de vida e diferentes níveis de maturidade e responsabilidade. Metade das participantes que responderam ao formulário se identifica como estudante, enquanto outras ocupam funções profissionais diversas. Essa diversidade de ocupações reflete a luta dessas mulheres para equilibrar suas aspirações acadêmicas com as demandas do mercado de trabalho e as obrigações familiares. A presença de mães que são estudantes e profissionais atesta a capacidade de resiliência e a busca por uma formação superior que, em muitos casos, é vista como uma forma de ascensão social e melhoria da qualidade de vida.

#### 4.3 ESTADO CIVIL E RENDA FAMILIAR

A distribuição do estado civil, com uma divisão equilibrada entre casadas (33,3%), em união estável (33,3%) e solteiras (25%), indica que as participantes vêm de diferentes contextos familiares, o que pode influenciar as redes de apoio disponíveis. Esse suporte é um fator crítico para as mães estudantes, visto que o acesso a uma rede de apoio pode determinar sua permanência ou desistência da trajetória acadêmica. Os dados sobre a renda familiar são especialmente reveladores: 16,7% das participantes possuem uma renda entre 5 e 6 salários mínimos, 41,7% afirmam ter uma renda entre 1 e 2 salários mínimos, e 25% indicam uma renda familiar inferior a um salário mínimo. Essa disparidade econômica evidencia como as questões financeiras agravam os desafios de conciliação enfrentados pelas mães, tornando ainda mais relevante o apoio oferecido pelo PAPU.

Gráfico 2:



#### 4.4 DESAFIOS NA VIDA ACADÊMICA

A vida acadêmica é um espaço fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional, mas, para muitas mães estudantes, essa jornada se revela repleta de desafios que vão além das dificuldades inerentes ao aprendizado. Esses desafios não se restringem à logística de conciliar horários; englobam também barreiras emocionais e sociais que surgem no ambiente universitário, onde frequentemente falta empatia e compreensão. Relatos de discriminação e falta de apoio institucional evidenciam um cenário desafiador, muitas vezes até hostil, para essas mulheres. A experiência de levar filhos para as aulas, enfrentando olhares críticos de colegas e professores, reforça a necessidade de políticas institucionais que reconheçam e acolham essa realidade.

Nesse contexto, o estudo de Moghadam et al. (2015) é relevante ao afirmar que:

[...] A mitigação dos impactos negativos sobre a mulher, que toma a decisão de prosseguir com a vida acadêmica após a maternidade, pode se dar por meio de leis que amparam esse grupo da sociedade e resguardam seus direitos, bem como através de políticas públicas que torna a instituição de ensino mais preparada para acolher a mulher nesta situação. Afinal, o ensino é fonte de empoderamento e desenvolvimento da sociedade e a mulher constitui parte fundamental nesse processo por estar em maior número de concluintes do ensino superior” (APUD TAUIL, 2019. p. 1).

Essa perspectiva ressalta a importância de políticas de apoio que contribuam para a permanência das mães estudantes e reforcem o papel das mulheres no desenvolvimento educacional e social. Com um ambiente acadêmico mais inclusivo, amparado por leis e políticas institucionais, essas mulheres poderiam se desenvolver plenamente, enriquecendo a academia e a sociedade com suas experiências e conhecimentos.

A participante W7<sup>9</sup>, por exemplo, menciona comentários desqualificadores que a fazem sentir-se indesejada no ambiente acadêmico: *“Sim, muitos dizem como posso não dar atenção para meus filhos, já que, ao invés de estudar, deveria estar dando atenção à sua criação”*. Esse relato reflete o julgamento moral ao qual essas mulheres são submetidas, somado à falta de empatia para com a realidade de conciliar maternidade e estudos. Para outras mulheres, como a participante M3, a pressão é intensa. Sobre seu cotidiano, ela comenta: *“Está cansada, às vezes desanimada por não dar conta de tudo como gostaria. É muita pressão em cima de uma única pessoa. Minha filha é meu bem mais precioso, por isso sempre a priorizo”*. Esses depoimentos ilustram a tensão entre a dedicação à maternidade e as exigências acadêmicas, revelando a carga emocional que essas mães carregam.

Além do julgamento moral, há também um esforço constante de justificar sua presença no ambiente acadêmico. A participante M3, que frequentemente leva sua filha à sala de aula, relata a dificuldade quando a criança chora: *“Alguns professores e até mesmo alunos não gostavam por algumas vezes ela chorar”*. Essa situação destaca a falta de suporte e alternativas, que acabam comprometendo a concentração e o bem-estar da mãe e da criança. A participante V2 confirma essa dificuldade, mencionando a barreira que enfrenta para manter o foco em sala de aula e como suas oportunidades acadêmicas são limitadas: *“Não posso entrar em alguns projetos que eu quero, porque não dá para mim conciliar com os cuidados que tenho com ela”*.

---

<sup>9</sup> As entrevistadas não serão identificadas, preservando o anonimato de suas informações. Para fins deste trabalho, elas são nomeadas com a primeira letra de seu nome seguida de um número, correspondente à ordem de respostas do questionário (por exemplo, W7, B5).

A discriminação também se manifesta de formas sutis, como ilustra a experiência da participante B5. Ela relata preconceito em relação ao autismo do filho, especialmente durante crises sensoriais e comportamentais: *“Enfrento em algumas situações de preconceito em relação ao autismo do meu filho, principalmente quando o mesmo apresenta crises sensoriais, comportamentais”*. A exclusão nos grupos de trabalho, presumindo que sua disponibilidade é limitada, gera impactos emocionais profundos e interfere em seu desempenho acadêmico.

Esses desafios vão além do ambiente universitário, refletindo a sobrecarga constante que essas mães enfrentam em suas vidas. A pressão de conciliar múltiplas responsabilidades gera uma sensação de esgotamento. A participante M9 descreve suas dificuldades em equilibrar os cuidados com os filhos, o trabalho, os estudos e o apoio aos pais idosos:

*“Confesso que está sendo muito difícil, às vezes penso até em desistir”. Ela compartilha ainda: “No meu caso, as maiores dificuldades são conciliar todos os papéis que assumo ao longo do dia: trabalho fora, aos finais de semana sou dona de casa, sou mãe, sou esposa, sou estudante e sou filha, porque acompanho, mesmo que de longe, meus pais que já estão em idade avançada. E, em meio a tudo isso, preciso cuidar de mim”*.

Esse depoimento ilustra não apenas a exaustão, mas também a frustração por não conseguir atender a todas as expectativas que a sociedade e ela mesma impõem.

A rotina desgastante e a falta de tempo para o autocuidado são experiências recorrentes entre as participantes. A participante E6 explica como organiza seu dia para tentar cumprir suas obrigações: *“Meu dia a dia é bem corrido. Aproveito o horário da manhã para tentar organizar a casa e estudar. Muitas vezes, tenho que optar por estudar. Aproveito o momento em que os filhos estão estudando para me manter em dia com os estudos, mas, mesmo assim, é muito difícil”*. A ausência de tempo para si mesma resulta em um ciclo de esgotamento contínuo, evidenciando a sobrecarga imposta pela falta de alternativas de apoio.

Esse sentimento de exclusão se reflete na percepção de que o ambiente acadêmico não é acolhedor para todos. A participante A4 relata: *“Algumas pessoas nos olham como se a universidade não fosse para todos”*. Tal percepção é reforçada pela falta de políticas inclusivas, como destaca a participante C8, que menciona a ausência de compreensão de professores e até motoristas:

*“Levei minha criança para a sala de aula porque não tinha com quem deixar, e a professora ficou super incomodada e reclamando com minha criança o tempo todo, não teve a compaixão de me acolher. Outra vez, numa viagem de campo, tive que levar meu filho, e o motorista se recusou a deixar”*.

*eu entrar no ônibus da universidade, alegando que só estava cumprindo ordens, era a norma da universidade só carregar os alunos”.*

Além dos desafios emocionais e sociais, a saúde física dessas mães também é impactada. A participante B5, cujo filho é frequentemente hospitalizado, relata que os atestados médicos não justificam suas faltas: *“Meu filho tem imunidade baixa, costuma ficar internado em algumas situações mais de 7 vezes ao ano. Atestado não abona falta”*. A falta de apoio e flexibilidade agrava o cenário de sobrecarga emocional e física.

Esses relatos evidenciam a urgência em repensar políticas e práticas institucionais para acolher essas mães estudantes. A criação de um ambiente universitário mais inclusivo é crucial para que essas mulheres possam conciliar responsabilidades sem sofrer discriminação. Diante dos desafios enfrentados, é evidente que a jornada acadêmica das mães envolve obstáculos que transcendem o currículo, como a discriminação e a necessidade de inclusão.

Diante dos desafios enfrentados pelas participantes, é evidente que a jornada acadêmica das mães estudantes envolve obstáculos que vão além do currículo acadêmico, ressaltando questões de discriminação, exclusão e a necessidade de um ambiente mais inclusivo e acolhedor. Esse cenário se agrava quando as mães precisam justificar sua presença no espaço acadêmico, ao mesmo tempo em que conciliam as exigências acadêmicas e as responsabilidades familiares. Como destaca Vieira (apud Tauil, 2019):

[...] os sentimentos como falta de motivação, impotência e cobrança, estresse, medo e culpa em deixar os filhos sob os cuidados de outras pessoas constituem os principais desafios psicológicos e emocionais enfrentados por mães estudantes.” (Idem. p 20).

Essa análise revela a carga emocional sobre essas mulheres, que enfrentam preconceitos e pressões que ultrapassam a esfera acadêmica e impactam sua saúde mental e bem-estar. A fala de Vieira aponta para o peso psicológico sentido por essas mães, as quais são constantemente julgadas por suas escolhas e, ao mesmo tempo, precisam lidar com o desafio de manter o desempenho acadêmico.

Tauil (2019) também argumenta que, com jornadas diferenciadas, a mulher, mãe e estudante enfrenta múltiplos obstáculos para conquistar uma profissão de nível superior no Brasil. Ele defende que o desenvolvimento de políticas públicas que amparem essas mulheres e promovam acolhimento nas instituições de ensino superior é essencial para aliviar os desafios da maternidade acadêmica.

[...] Com jornadas diferenciadas, a mulher, mãe e estudante se vê diante de vários obstáculos para lutar por uma profissão de nível superior no Brasil. O desenvolvimento de políticas públicas para melhor ampará-las e proporcionar um acolhimento da instituição de ensino superior pode tornar menos doloroso o processo de ser mãe acadêmica.” (TAUIL, 2019, p. 20).

A contribuição de Tauil reforça a importância de uma intervenção pública e institucional para garantir que as mulheres com filhos possam realizar seu potencial acadêmico sem abrir mão do cuidado familiar. Ela sinaliza que a implementação de políticas inclusivas e a criação de uma cultura de empatia e respeito são passos essenciais para valorizar a diversidade de experiências na academia. O compromisso das instituições com políticas mais acolhedoras e inclusivas poderia não só facilitar a permanência dessas mães no meio acadêmico, mas também promover um ambiente mais igualitário, onde as diferenças são reconhecidas e respeitadas, contribuindo para uma experiência acadêmica menos excludente e mais humana.

#### **4.5 IMPLICAÇÕES PARA A ESTRUTURA SOCIAL**

Os dados e relatos apresentados revelam como as desigualdades estruturais em nossa sociedade impactam a vida de mulheres que, além de se dedicarem aos estudos, assumem o papel de cuidadoras. O preconceito racial, as disparidades econômicas e a falta de políticas inclusivas criam um ambiente onde a maternidade pode ser um fator de exclusão em vez de um apoio à formação acadêmica. A implementação de políticas públicas e programas universitários que reconheçam e abordem essas questões é essencial para promover a equidade e garantir que as mães possam acessar e permanecer no ensino superior.

A análise dos dados reforça a tese de que a realidade das mães universitárias é uma questão de justiça social. Garantir que essas mulheres tenham os recursos necessários para conciliar suas responsabilidades acadêmicas e familiares não é apenas uma questão de apoio individual, mas uma responsabilidade coletiva que deve ser reconhecida por instituições educacionais e pela sociedade em geral. A inclusão de políticas que considerem as especificidades da maternidade na educação superior é fundamental para avançar na promoção de igualdade de oportunidades e redução das desigualdades sociais.

#### **4.6 A IMPORTÂNCIA DO PAPU**

O Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU), conforme descrito pelas participantes, desempenha um papel essencial na permanência de mães estudantes na universidade. Com serviços como brinquedoteca e monitoria, o PAPU cria um ambiente seguro e acolhedor para que essas mães possam focar em suas atividades acadêmicas enquanto seus filhos são cuidados. Esses serviços garantem que as mães universitárias consigam manter seu progresso acadêmico sem precisar abrir mão da presença e dos cuidados com seus filhos, um aspecto fundamental para evitar a evasão escolar entre mães estudantes. A importância do programa é destacada por relatos como o de uma mãe, que afirma que, sem o PAPU, continuar os estudos seria impossível, enquanto outra ressalta o programa como uma política pública relevante para a igualdade de gênero e a inclusão social.

Esse reconhecimento da importância do PAPU reflete não só na retenção das mães na vida acadêmica, mas também em sua valorização pessoal, pois se sentem amparadas e incluídas em um ambiente universitário que respeita suas necessidades específicas. Ao observar como a universidade integra questões de gênero através do PAPU, vê-se que o programa é um exemplo positivo de política pública inclusiva.

#### **4.7 APOIO E RECURSOS OFERECIDOS**

Os recursos oferecidos pelo PAPU foram relatados como essenciais para a experiência universitária das mães. Espaços como a brinquedoteca e o local para amamentação proporcionam mais liberdade para conciliar responsabilidades acadêmicas e familiares. O espaço de amamentação, em especial, é um apoio crucial que permite a estas mães estarem presentes para seus filhos e, ao mesmo tempo, manter seu desempenho acadêmico, como exemplificado pela fala: *“O espaço de amamentação me dá a liberdade de estar presente para meu filho e, ao mesmo tempo, não perder as aulas.”* Esse tipo de suporte ajuda a garantir que a maternidade não seja um impedimento para o desenvolvimento acadêmico das participantes.

#### **4.8 DESAFIOS ENFRENTADOS**

Apesar dos benefícios, muitas participantes enfrentam desafios ao equilibrar maternidade, trabalho e estudos. As mães frequentemente relatam sobrecarga e o difícil conflito entre as demandas acadêmicas e as necessidades de seus filhos. Como uma

participante expressou: “*Às vezes, é difícil priorizar os estudos quando meu filho está doente ou precisa de mim.*” Outra mãe, E1, destacou o peso de disciplinas acumuladas e trabalhos exigentes como fatores de estresse. A mãe M3 apontou que a falta inicial de uma rede de apoio dificultou sua adaptação à vida universitária, evidenciando a complexidade da rotina para mães estudantes. Essas dificuldades revelam a sobrecarga experimentada pelas mães universitárias, para quem a vida acadêmica envolve não apenas desafios pedagógicos, mas uma série de conflitos entre os diferentes papéis que precisam desempenhar.

#### **4.9 IMPACTOS POSITIVOS**

O PAPU também impacta positivamente a vida cotidiana e a educação dos filhos das participantes. O apoio proporcionado pelo programa reduz o estresse e aumenta a autoconfiança das mães, que passam a sentir-se mais capacitadas para conciliar suas responsabilidades. Esse benefício é evidenciado pela fala de uma mãe: “*Ter o suporte do PAPU me fez acreditar que posso ser uma boa mãe e uma boa aluna ao mesmo tempo.*” A Participante E1 descreveu o programa como "maravilhoso", um auxílio essencial que funciona como uma rede de apoio para as mães. A participante W7 considera o PAPU crucial para evitar a evasão escolar, enquanto C8 expressa gratidão pelas políticas de apoio voltadas para mães acadêmicas, enaltecendo o impacto positivo do programa.

Esses relatos indicam que o PAPU não apenas facilita a vida acadêmica das participantes, mas também contribui para o fortalecimento da autoestima e do sentimento de realização pessoal das mães, permitindo que assumam com segurança múltiplos papéis.

#### **4.10 SUGESTÕES DE MELHORIA**

As participantes sugeriram várias melhorias para o PAPU, incluindo a capacitação dos monitores e o desenvolvimento de parcerias institucionais. A Participante B5 sugeriu que os monitores recebam treinamento específico para atender crianças com deficiências, o que tornaria o PAPU mais inclusivo. A formação contínua dos monitores é essencial para garantir que as necessidades de todas as crianças sejam atendidas de forma adequada. A Participante M9 acredita que parcerias com instituições financeiras poderiam auxiliar no financiamento e ampliação da infraestrutura do PAPU, destacando a importância de recursos adicionais para fortalecer o programa.

Essas sugestões revelam um desejo de aprimorar a eficácia e a acessibilidade do PAPU, com ênfase na inclusão e no atendimento especializado, para que o programa continue a atender as necessidades das mães universitárias. A preocupação com a capacitação dos monitores e a infraestrutura sugere que as participantes percebam o PAPU não apenas como um suporte, mas como uma extensão da universidade que precisa se adaptar continuamente para ser efetiva.

#### **4.11 A MATERNIDADE E SEUS IMPACTOS NA VIDA ACADÊMICA E PESSOAL**

Para a maioria das participantes, a maternidade representa uma experiência de transformação, reforçando laços afetivos e promovendo o crescimento pessoal. A maternidade é vista como uma parte fundamental de suas identidades, que se reflete nas decisões e no modo como organizam suas rotinas. Essa experiência também é permeada por um misto de sentimentos, como descrito por M10, que relata a maternidade como uma combinação de amor, julgamento e desafios. A maternidade contribui para o desenvolvimento de uma rede de apoio, seja através do PAPU ou de familiares, como evidenciado nas respostas de participantes como G12, que compartilha o cuidado com o companheiro, e M9, que recorre a uma funcionária e ao apoio do marido nos fins de semana.

Essas experiências ressaltam a maternidade como uma vivência rica, mas cheia de complexidades, onde as mães precisam continuamente buscar apoio e estabelecer redes para administrar as várias demandas da vida acadêmica e familiar. A importância desse suporte é crucial para que possam seguir com seus estudos e carreira, ao mesmo tempo em que se dedicam ao bem-estar de seus filhos e ao cumprimento das responsabilidades familiares.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na análise dos dados obtidos por meio do questionário, observa-se que o Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) desempenha um papel significativo no apoio às mães universitárias, embora seus impactos variem conforme as condições socioeconômicas familiares das estudantes e questões raciais. A proposta do programa é promover um ambiente universitário mais inclusivo e sensível às demandas de mães e pais estudantes, oferecendo, por exemplo, espaços para amamentação e atividades lúdicas para as crianças. Contudo, as

realidades e percepções das participantes revelam a necessidade de ajustes, especialmente em relação ao nível de renda, suporte familiar e contexto pessoal de cada uma.

Os resultados obtidos revelam uma rede complexa de percepções das mães em relação ao PAPU, que, apesar de ser um suporte essencial, apresenta áreas para aprimoramento. A análise comparativa com a literatura demonstra que o PAPU é uma iniciativa inovadora e necessária, mas as universidades ainda têm um longo caminho para atender plenamente as necessidades de alunas que também são mães. As participantes que contam com uma rede de apoio familiar ou contratam auxílio para o cuidado infantil tendem a experimentar menos dificuldades na conciliação entre maternidade e vida acadêmica. Esse grupo, geralmente, tem maior poder aquisitivo, o que sugere que a assistência externa está fortemente vinculada à disponibilidade financeira. No entanto, é importante destacar que as dificuldades enfrentadas pelas mães universitárias não são exclusivas do contexto acadêmico, mas estão inseridas em problemas sociais mais amplos e estruturais que ultrapassam os limites da universidade. Em contrapartida, as mães que não dispõem desse suporte enfrentam maiores desafios, o que agrava o estresse e impacta negativamente seu desempenho acadêmico, podendo resultar em evasão ou baixo rendimento. Isso demonstra que, embora o PAPU seja uma iniciativa relevante, ele ainda não é suficiente para atender a todas as necessidades das mães universitárias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, pois as desigualdades sociais e as condições econômicas ainda são determinantes cruciais nesse processo.

Embora a maioria das participantes considere o PAPU uma iniciativa positiva e essencial, o programa é visto mais como um complemento ao apoio necessário, e não como uma solução completa para as dificuldades enfrentadas pelas mães. A ampliação e diversificação das ações do PAPU, como a oferta de auxílio financeiro adicional e a flexibilização de horários, são sugestões cruciais para tornar o programa mais eficaz e acessível a um número maior de alunas. A análise crítica dos dados também aponta para uma clara divisão entre as mães com acesso a redes de apoio e aquelas que enfrentam uma sobrecarga significativa, evidenciando a necessidade de medidas que contemplem não só o apoio físico, como os espaços de acolhimento, mas também uma abordagem integrada, que inclua suporte financeiro e psicológico.

O PAPU mostra-se como uma iniciativa promissora para apoio à parentalidade, mas é fundamental que o programa evolua continuamente para responder às necessidades da comunidade universitária. A criação de um canal de comunicação eficaz entre as mães e a

administração da universidade emerge como essencial para assegurar que as necessidades das mães sejam ouvidas e incorporadas nas decisões institucionais. Essa aproximação permitiria uma adaptação constante do programa, tornando-o cada vez mais alinhado com a realidade e os desafios enfrentados pelas mães universitárias.

Neste sentido, as políticas de apoio à parentalidade, como o PAPU, são fundamentais para a permanência e o bem-estar das alunas que conciliam maternidade e vida acadêmica. A implementação dessas políticas deve ser acompanhada de uma cultura institucional mais empática, que reconheça as especificidades da maternidade e os desafios enfrentados pelas mães universitárias. A conscientização e mudança de comportamento de toda a comunidade acadêmica, incluindo corpo docente e alunos, são essenciais para garantir a efetividade das iniciativas. Só será possível promover um ambiente mais inclusivo com o apoio de toda a instituição, abraçando a causa e criando uma estrutura de apoio integrada.

A capacitação de monitores, a ampliação de recursos e parcerias são ações necessárias para fortalecer o programa e torná-lo ainda mais acessível e inclusivo. A promoção de um ambiente educacional que leve em consideração as necessidades das mães estudantes é essencial para o avanço da justiça social e igualdade de oportunidades. Ao tornar a maternidade compatível com a vida acadêmica, a universidade contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde o acesso à educação não seja condicionado ao papel de cuidadora, mas visto como um direito universal para todas as mulheres, independentemente de suas circunstâncias.

Portanto, a análise dos dados e as reflexões aqui apresentadas revelam que o fortalecimento de iniciativas como o PAPU é um caminho fundamental para a construção de um ambiente acadêmico mais justo e inclusivo, que reconheça as múltiplas realidades das mulheres universitárias e proporcione as condições necessárias para seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Conclui-se que a implementação de medidas institucionais e a ampliação de programas como o PAPU são essenciais para garantir a permanência das mães na universidade, contribuindo para uma educação mais equitativa e acessível a todas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Viviane Cordeiro de; Santos, Carolina Maria Mota. **Trabalho, Carreira e Maternidade: Perspectivas e Dilemas de Mulheres Profissionais Contemporâneas**. Administração: Ensino e Pesquisa, vol. 19, núm. 3, 2018, Setembro-Dezembro, pp. 583-605. Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração Brasil. DOI: <https://doi.org/10.13058/raep.2018.v19n3.1119>
- Álvares, M. L. M. **Beauvoir, o Patriarcado e os Mitos nas Relações de Poder entre Homens e Mulheres**. Revista do NUFEN: Fenomenologia e Interdisciplinaridade, 2014.
- ÁVILA, Rebeca Contrera e PORTES, Écio Antônio. **A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos**. Revista Estudos Feministas [online]. 2012, v. 20, n. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300011>>. Acesso em: 05 jun. 2023.
- BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões. **Parentalidade e divisão do trabalho de cuidados: o Programa Emprega + Mulheres e suas potenciais beneficiárias**. *Mercado de Trabalho*, n. 75, abr. 2023.
- BERNARDES, Carliene Freitas da Silva. **Percursos de homens e mulheres à gestão escolar: um estudo consubstanciado por classe, gênero e raça. 287f**. Tese (Doutorado). Universidade de Uberaba. Programa de Pós-graduação em Educação, Uberaba, 2022.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRASIL. **Lei N° 11.770, de 9 de setembro de 2008**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11770.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11770.htm). Acesso em: 1 out. 2024.
- CARVALHO DE OLIVEIRA, Ana Rosa; BERNARDES, Carliene Freitas da Silva**. Políticas de Apoio à Parentalidade na UFNT: construindo redes para a permanência materna na região norte. In: **IV SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA**, 2024.
- DIAS, Cláudio Santiago Jr. VERONA, Ana Paula. **Maternidade e trabalho: algumas reflexões sobre mulheres em ocupações de nível superior**. Revista Brasileira de Sociologia. | Vo.4, No. 07 | jan/junho/2016. Pág. 112-132.
- DAEP UFNT. (2023). Edital N° 21/2023 – DAEP UFNT – Seleção Crianças PAPU

Tocantinópolis. Disponível em:  
[https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/NxU\\_GCb5R26lskEg6cqpBQ/content/Edital%20n%C2%BA%2021%20%202023%20-%20DAEP%20UFNT%20-%20Sele%C3%A7%C3%A3o%20crian%C3%A7as%20PAPU%20Tocantin%C3%B3polis.docx%20\(1\).pdf](https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/NxU_GCb5R26lskEg6cqpBQ/content/Edital%20n%C2%BA%2021%20%202023%20-%20DAEP%20UFNT%20-%20Sele%C3%A7%C3%A3o%20crian%C3%A7as%20PAPU%20Tocantin%C3%B3polis.docx%20(1).pdf)

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FIORIN, Chechi Pascale; Oliveira, Clarissa Tochetto de; Dias, Ana Cristina Garcia. **Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. Revista Brasileira de Orientação Profissional**. 2014. Disponível em:  
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=203035764005>. Acesso em: 28 de maio de 2024.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Lúcia Laís Balbino. **Mulher, mãe e universitária: desafios e possibilidades de conciliar a maternidade à vida acadêmica**. 2020. Disponível em:  
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17638>. Acesso em: 06 jun. 2023.

GOMES, M. A., BALESTERO, M. V., & ROSA, A. R. **Teorias da dominação masculina: uma análise crítica da violência de gênero para uma construção emancipatória**. Libertas - Ouro Preto-MG - ISSN 2319-0159 - Volume 2 / n. 1 / jan./jun. 2016.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Valéria Luíza Costa; ROSA, Creuziane Ferreira; SANTOS, Samya da Silva Sousa dos; DUTRA, Rosyane de Moraes Martins. **Creche universitária e a permanência de estudantes-mães: as vozes de discentes do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão**. *TECERES: Revista da AINPGP*, ano 3, n. 1, 2024. Disponível em:  
<https://orcid.org/0009-0009-8437-8994>. Acesso em: 10 de Out. de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38). Disponível em:  
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>>. Acesso em: 21 out. 2024.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça - 20 anos**. Disponível em:  
[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_apresentacao\\_retrato.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_apresentacao_retrato.pdf)

Acesso em: 19 de junho de 2023.

Lab Think Olga. **Relatório, Esgotadas.** São Paulo, 2023.

Disponível em: <<https://lab.thinkolga.com/esgotadas/>>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

LEITE, A. C. F. .; ALVES, F. C. . **Trabalho, maternidade e permanência no Ensino Superior.** Ensino em Perspectivas, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 1–15, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8801>. Acesso em: 21 out. 2024.

LANGA DA SILVA, Edilaine Almeida; NOVAIS, Lucimar. **MATERNIDADE E EDUCAÇÃO: REFLETINDO SOBRE O APOIO NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.** Revista Alembra, [s. l.], v. 4, n. 9, p. 03–19, 2023.

**LIVE I Ciclo de Debates sobre Políticas de apoio à Parentalidade na Universidade.** Canal oficial UFNT, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w6XLnt2asOc>. Acesso em: 28 out. 2024.

MENEZES, Rafael de Souza et al. **Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos.** *Constr. psicopedag.* [online]. 2012, vol.20, n.21, pp.23-47. ISSN 1415-6954.

NASCIMENTO, G. A. F.; VILLAS BÔAS, R. V. **Proteção da mulher: direito individual e social à igualdade de condições no mercado de trabalho e ao direito à maternidade.** *Compendi Law Review*, v. 1, n. 6 (III Encontro de Internacionalização do COMPENDEI - Madrid), p. 156-172, 2015. Disponível em: <<http://www.indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3459/2972>>. Acesso em: 19 abril. 2023.

OLIVEIRA, C. R.; TRAESEL, E. S. **Mulher, trabalho e vida familiar: a conciliação de diferentes papéis na atualidade.** *Disciplinarum Scientia | Saúde*, Santa Maria (RS, Brasil), v. 9, n. 1, p. 149–163, 2016. DOI: 10.37777/943. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumS/article/view/943>. Acesso em: 27 maio. 2024.

Organização Mundial da Saúde, (OMS/WHO). **Constituição da Organização Mundial da Saúde.** Nova Iorque, 1946. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5733496/mod\\_resource/content/0/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20%28WHO%29%20-%201946%20-%20OMS](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5733496/mod_resource/content/0/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20%28WHO%29%20-%201946%20-%20OMS)>. Acesso em: 17 de maio de 2024.

- PISCITELLI, Adriana. **“Gênero: A história de um conceito”**. **Diferenças, igualdade. Coleção Sociedade em foco: introdução às ciências sociais**. Berlendis Editores: São Paulo, p. 116-149, 2009.
- RESENDE, D. K. **MATERNIDADE: UMA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL**. Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 2, n. 4, p. 175 - 191, 5 jun. 2017.
- SALAZAR, Violeta Sarai Salazar. **Estudo Da Maternidade Em Mulheres Cientistas Profissionais De Camadas Médias No Norte Do Brasil**. Revista Woman | V. 4 | N. 2 | 2019 | P. 89-102 .
- SAFFIOTI, Heleieth IB. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu. Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.
- SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott**. Educação & Realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, (1990) 1995.
- SCAVONE L. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais**. Cad Pagu. 2001;(16):137–50.
- SILVA, Polyana Tenório de Freitas e; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. **Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro**. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 5, p. 603-631, set./out. 2022.
- SOUZA, Marcela Ingrid Mendes; DORNELAS, Myriam Angélica; BARBOSA, Rosemary Pereira Costa e. **Maternidade e vida acadêmica: o caso da jornada feminina de estudantes de uma instituição de ensino federal**. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 9, n. 6, p. 18927-18948, jun. 2023.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS**. Coletivo PAPU/UFNT representa mães estudantes da região Norte no MEC. Disponível em: <https://ufnt.edu.br/2024/01/30/coletivo-papu-ufnt-representa-maes-estudantes-da-regiao-norte-no-mec/>. Acesso em: 9 set. 2024.
- TAUIL, Tatiana Loussef. **Políticas públicas para mães universitárias: um estudo bibliográfico**. 2019. 36 f. Monografia (Graduação em Administração) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Biografia de Bertha Lutz. Memorial da Justiça Eleitoral Gaúcha.** Disponível em: <https://www.tre-rs.jus.br/institucional/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/biografias/bertha-lutz>. Acesso em: 30 set. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo.** 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

VIANNA, Cláudia; CARREIRA, Denise; LEÃO, Ingrid; UNBEHAUM, Sandra; CARNEIRO, Suelaine; CAVASIN, Sylvia. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais.** São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas, 2016.

## **ANEXOS**

### **FORMULÁRIO DE PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

Olá, me chamo Fabiana Oliveira, sou discente do Curso de Licenciatura Em Ciências Sociais na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) e estou elaborando meu trabalho de conclusão de curso que tem como tema “ Maternidade, Carreira e estudos: Desafios e Impactos frente a Articulação de Papéis”, visando analisar as diferentes realidades de discentes que se beneficiam do Programa de apoio à parentalidade do Campus de Tocantinópolis.

O presente roteiro de entrevista busca da norte a uma pesquisa qualitativa/quantitativa realizada na UFNT – Campus de Tocantinópolis, que visa analisar as percepções de mães estudantes e servidoras que utilizam os serviços prestados pelo PAPU (Programa de Apoio à Parentalidade), compreendendo quais desafios e impactos são enfrentados por essas mulheres que precisam conciliar a carreira, estudos e a maternidade durante sua trajetória de vida.

Visto que muitas dessas mães atravessam dificuldade relacionadas a ter um aporte no cuidado com seus filhos dentro e fora do ambiente acadêmico, levando também em consideração a rede de apoio que elas necessitam para ter uma jornada de cuidado menos exaustiva e um bom desempenho nas atividades acadêmicas.

#### **QUESTIONÁRIO:**

Este questionário será utilizado apenas para fins acadêmicos, garantindo a preservação da identidade de todas as respondentes.

#### **1. NOME:**

- Por favor, forneça seu primeiro nome ou escolha permanecer anônima(o).

#### **2. IDADE:**

- Qual é a sua idade?

**3. RAÇA:**

-  Branca

-  Parda

-  Preta

-  Indígena

Outra: \_\_\_\_\_

- Prefiro não responder

**4. LOCAL DE RESIDÊNCIA:**

- Onde você mora?

**5. ESTADO CIVIL:**

- Qual é o seu estado civil?

-  Casada

-  Solteira

-  União Estável

-  Outro: \_\_\_\_\_

**6. RENDA FAMILIAR MENSAL:**

- Qual é a renda familiar mensal aproximada?

- Menos de 1 salário mínimo

- Entre 1 e 2 salários-mínimos

- Entre 3 e 4 salários-mínimos

- Entre 5 e 6 salários-mínimos

- Outro: \_\_\_\_\_

- Prefiro não responder

**7. PROFISSÃO/OCUPAÇÃO:**

- Qual é sua profissão ou ocupação?

**8. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA:**

- Há quanto tempo você trabalha nessa área?

**9. CURSO NA UFNT E PERÍODO:**

- Qual é o seu curso na UFNT?
- Em qual período você está?

**10. PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS OU RECEBIMENTO DE AUXÍLIO DA UFNT:**

- Você participa de algum programa ou recebe algum benefício da UFNT? Quais?

**11. UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO PAPU:**

- Você utiliza os serviços disponibilizados pelo PAPU? Quais?

**12. OPINIÃO SOBRE O PAPU E SUGESTÕES DE MELHORIA:**

- O que você acha do PAPU? O que poderia ser melhorado?

**13. IMPORTÂNCIA DO PAPU NA VIDA ACADÊMICA E NA VIDA EM GERAL:**

- Qual a importância do PAPU para sua vida acadêmica e vida em geral?

**14. DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO E NA UNIVERSIDADE:**

- Você já sofreu algum tipo de discriminação no trabalho ou na universidade por ser mãe e estudante? Se sim, poderia compartilhar sua experiência?

**15. MATERNIDADE:**

- Você considera a maternidade importante? Por quê?

**16. FILHOS E CUIDADO COM ELES:**

- Quantos filhos você tem e qual a idade deles?

**17. SITUAÇÃO DE LEVAR FILHOS PARA A UNIVERSIDADE:**

- Já teve que levar seu filho para a universidade por não ter onde ou com quem deixá-lo?

**18. APOIO SOCIAL E TAREFAS DOMÉSTICAS:**

- Você tem rede de apoio para cuidar dos seus filhos enquanto trabalha e estuda? Como é a divisão das tarefas domésticas e de cuidado com os filhos entre você e seu companheiro, se aplicável?

**19. DIFICULDADES NA VIDA ACADÊMICA:**

- Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta em sua vida acadêmica por ser mãe e estudante?

**20. OPINIÃO SOBRE OS PROGRAMAS DE APOIO ÀS MÃES ESTUDANTES E SUGESTÕES PARA A UFNT:**

- Você acredita que o Programa de Apoio à Parentalidade promove programas que facilitam e estimulam a permanência na universidade de mães estudantes? O que mais a UFNT poderia fazer para apoiar as alunas que são mães?

**21. DISCRIMINAÇÃO NA UFNT:**

- Você já sofreu algum tipo de discriminação por parte de funcionários, professores ou estudantes da UFNT por ser mãe e estudante? Se sim, poderia compartilhar sua experiência?

**22. SENTIMENTOS SOBRE A MATERNIDADE:**

- Conte-nos como você se sente sendo mãe.

**23. EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS:**

- Descreva sua experiência cotidiana como mulher, mãe, esposa/companheira, cuidado com os filhos, afazeres domésticos, trabalho e estudo.

## **QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA COM COORDENADORES DO PAPU:**

### **1. Sobre o Programa:**

- Como surgiu a iniciativa do Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU)?
- Quais são os principais objetivos e metas do PAPU?
- Quais serviços e recursos o PAPU oferece atualmente aos estudantes e servidores da universidade?
- Qual é a abrangência do PAPU em termos de público-alvo e áreas de atuação?

### **2. Princípios e Perspectivas:**

- Quais são os princípios fundamentais que norteiam as ações e decisões do PAPU?
- Como o PAPU contribui para promover a igualdade de gênero e apoiar mulheres que conciliam maternidade, trabalho e estudo?
- Qual é a visão do PAPU em relação à importância do apoio à parentalidade para o bem-estar e sucesso acadêmico/profissional dos estudantes e servidores?

### **3. Desafios e Impactos:**

- Quais são os principais desafios enfrentados pelo PAPU na implementação de suas atividades e serviços?
- Como o PAPU avalia os impactos de suas iniciativas na vida dos beneficiários, especialmente no que diz respeito à conciliação entre maternidade, trabalho e estudo?
- Existem casos ou histórias de sucesso que o PAPU gostaria de compartilhar como exemplo de sua eficácia?

### **4. Futuro e Expansão:**

- Quais são os planos futuros do PAPU em termos de expansão de serviços ou novas iniciativas?
- Como o PAPU pretende lidar com os desafios emergentes e as necessidades em evolução do público atendido?

- Existe alguma parceria ou colaboração estratégica que o PAPU gostaria de estabelecer para fortalecer suas atividades e impacto?

**5. Feedback e Melhoria Contínua:**

- Como o PAPU solicita e utiliza feedback dos beneficiários para melhorar seus serviços e iniciativas?

- Qual é a importância da participação e envolvimento da comunidade acadêmica e administrativa no desenvolvimento e aprimoramento do PAPU?